

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I Comunicações	
	Comissão	
2000/C 278/01	Taxas de câmbio do euro	1
2000/C 278/02	Auxílios estatais — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 23/2000 (ex NN 144/99) — Ojala-Yhtymä OY (Finlândia) ⁽¹⁾	2
2000/C 278/03	Auxílio estatal — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 38/2000 (ex NN 44/98) — Reestruturação da Ilka Mafa Kältetechnik GmbH ⁽¹⁾	9
2000/C 278/04	Auxílio estatal — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 39/2000 (ex NN 126/99) — Reestruturação da LandTechnik Schönebeck GmbH ⁽¹⁾	17
2000/C 278/05	Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE — A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções ⁽¹⁾	26
2000/C 278/06	Aviso de início de um reexame intercalar das medidas <i>anti-dumping</i> aplicáveis às importações de bicicletas originárias da República Popular da China	28
2000/C 278/07	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2111 — Alcoa Inc./British Aluminium Ltd) ⁽¹⁾	30
2000/C 278/08	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2173 — Ergo/BBV Italia SpA) Processo susceptível de beneficiar do procedimento simplificado ⁽¹⁾ ...	31
	Rectificações	
2000/C 278/09	Quarta rectificação do convite à apresentação de propostas de acções de IDT no âmbito do programa específico de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração no domínio «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos» (JO C 64 de 6 de Março de 1999)	32

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾**29 de Setembro de 2000***(2000/C 278/01)*

1 euro	=	7,4570	coroas dinamarquesas
	=	339,30	dracmas gregas
	=	8,5265	coroas suecas
	=	0,5967	libra esterlina
	=	0,8765	dólares dos Estados Unidos
	=	1,3198	dólares canadianos
	=	94,940	ienes japoneses
	=	1,5240	francos suíços
	=	8,0255	coroas norueguesas
	=	72,92	coroas islandesas ⁽²⁾
	=	1,6180	dólares australianos
	=	2,1510	dólares neozelandeses
	=	6,3745	randes sul-africanos ⁽²⁾

⁽¹⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

⁽²⁾ Fonte: Comissão.

AUXÍLIOS ESTATAIS

Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 23/2000 (ex NN 144/99) — Ojala-Yhtymä OY (Finlândia)

(2000/C 278/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 17 de Abril de 2000, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Finlândia a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção Auxílios Estatais II
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 98 16.

Estas observações serão comunicadas à Finlândia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO

A Finlândia notificou à Comissão, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do Tratado CE, o auxílio acima referido, por carta de 29 de Outubro de 1999. Dado que uma parte do auxílio projectado já tinha sido pago à empresa no momento da notificação, o mesmo foi registado como auxílio não notificado.

Segundo as autoridades finlandesas, em 2003, a fábrica do Grupo Ojala em Piippola será a mais moderna unidade de fabrico de ferramentas da Finlândia. O projecto que beneficia do auxílio consiste no estabelecimento da mais moderna unidade de produção de ferramentas na Finlândia. A fábrica será localizada no município de Piippola pela Ojala-Yhtymä Oy. Este município está classificado como zona do objectivo n.º 2 para efeitos da concessão de auxílios regionais em 2000-2006. As instalações deverão ser equipadas com a tecnologia mais evoluída deste sector, não existente ainda na Finlândia. As ferramentas serão fabricadas em cooperação com produtores europeus de componentes electrónicas e de telecomunicações de uma forma rentável que assegura uma elevada qualidade dos produtos. De acordo com o plano de actividades da empresa, o investimento dará resposta a uma procura internacional em crescimento e permitirá à empresa aumentar de forma considerável a sua quota de mercado. Segundo a empresa, isto resulta da concentração do sector e da competitividade dos serviços da empresa em comparação com os de outros fornecedores do sector.

Como resultado do investimento, serão criados entre 10 e 20 postos de trabalho até 2002.

O volume de negócios da Ojala-Yhtymä em 1997-1998 foi de 173 milhões de marcas finlandesas e os lucros de 14 milhões. Um montante de 166 milhões de marcas finlandesas corresponde ao volume de negócios realizado na Finlândia (cerca de 95%). A empresa empregava 202 trabalhadores em 1998. A Ojala-Yhtymä Oy pertence ao Grupo Ojala. Este grupo produz

componentes metálicas fabricadas a partir de chapas finas e procede parcialmente à montagem de produtos para os sectores eléctrico e electrónico.

O investimento da Ojala-Yhtymä é o seguinte:

Tipo de investimento	Montante (em milhares de marcas finlandesas)
Terreiro	10
Edifício	5 000
Maquinaria	8 000

O auxílio notificado consiste num empréstimo sem juros por um período de cinco anos de 4 milhões de marcas finlandesas (672 751,70 euros) concedido pelo município de Piippola. De acordo com as informações fornecidas pelas autoridades finlandesas, o empréstimo foi concedido em 12 de Julho de 1999, tendo uma primeira parcela de 2 milhões de marcas finlandesas sido paga em 13 de Setembro de 1999.

O empréstimo de 4 milhões de marcas finlandesas não será reembolsado durante o período de cinco anos. A título de garantia dos 4 milhões de marcas finlandesas, o município de Piippola deterá uma hipoteca, no valor de 4 milhões de marcas, sobre o terreno de 5 hectares por ele vendido à Ojala-Yhtymä em que a fábrica deverá ser construída.

Além disso, a empresa solicitou um auxílio ao investimento no montante de 1 milhão de marcas finlandesas ao Estado (Työvoima- ja elinkeinokeskus), um organismo público que apoia novos investimentos em áreas em desenvolvimento. Se esta subvenção for concedida à Ojala-Yhtymä, o empréstimo de 4 milhões de marcas finlandesas será reduzido de um milhão de marcas. Neste momento, o pedido de subvenção está ainda pendente, não tendo ainda sido tomada qualquer decisão quanto à concessão ou ao montante a conceder.

Além disso, a Ojala-Yhtymä adquiriu um terreno de cerca de 50 000 m² à Piippolan Kunta, por um montante de 10 000 marcas finlandesas (1 681,87 euros). O contrato de venda foi celebrado em 12 de Julho de 1999. De acordo com as informações disponíveis, este preço de venda não parece ter sido determinado na sequência de um concurso aberto e incondicional, nem com base numa avaliação independente realizada antes das negociações de venda.

A Comissão salienta que o auxílio notificado é concedido à empresa mediante a disponibilização de recursos estatais, o que a favorece por lhe permitir reduzir os custos em que incorreria normalmente se tivesse de realizar o projecto de investimento notificado. Além disso, a empresa Ojala-Yhtymä Oy, beneficiária do auxílio, produz componentes metálicas para os sectores eléctrico e electrónico, uma actividade económica que envolve trocas comerciais entre os Estados-Membros. Consequentemente, o auxílio é abrangido pelo n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

O auxílio em questão consiste em subvenções directas concedidas pelo município de Piippola a favor de um investimento na sua região. Piippola é uma zona assistida na acepção do n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE. O limite máximo dos auxílios com finalidade regional na área em causa é de 20 % equivalente-subvenção líquido. De acordo com o ponto 2 das orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional⁽¹⁾ (a seguir denominadas «orientações relativas aos auxílios regionais»), a Comissão aplicará essas orientações aos auxílios regionais concedidos em todos os sectores de actividade, à excepção dos que são abrangidos por regras específicas.

A Comissão observa que o auxílio em questão não é concedido no quadro de qualquer regime regional aprovado. Por conseguinte, trata-se de um auxílio *ad hoc*.

De acordo com o terceiro parágrafo do ponto 2 das orientações relativas aos auxílios regionais, um auxílio *ad hoc*, salvo prova em contrário, não preenche as condições referidas no segundo parágrafo do ponto 2 dessas orientações e as derrogações previstas no n.º 3, alíneas a) e c), do artigo 87.º apenas serão concedidas, em princípio, a auxílios concedidos no âmbito de regimes de auxílios aprovados.

Por tal razão, é necessário apreciar caso a caso se um auxílio é compatível com as regras em matéria de auxílios regionais.

A Comissão salienta que, para poder apreciar a distorção da concorrência, precisa de mais informações sobre a situação do mercado relevante e sobre a posição da empresa nesse mercado. Actualmente, não dispõe de elementos que lhe permitam analisar a eventual distorção da concorrência causada pelo auxílio.

A Comissão refere ainda que, a fim de poder apreciar se as derrogações previstas no n.º 3 do artigo 87.º podem ser aplicadas a um auxílio *ad hoc*, tem de estar persuadida de que o auxílio proporcionará vantagens a uma região desfavorecida em termos de desenvolvimento.

A Comissão regista que as informações fornecidas indicam que a região poderá ser considerada como região desfavorecida. Contudo, tais informações não demonstram as vantagens reais que o auxílio em questão proporciona à região em causa. Por conseguinte, os elementos na posse da Comissão não lhe permitem concluir que estão garantidas as vantagens reais do auxílio para a região em termos de desenvolvimento.

No que se refere à venda do terreno à empresa pelo município de Piippola, a Comissão salienta que a venda de terrenos por parte de autoridades públicas deve obedecer ao disposto na sua comunicação respeitante aos auxílios estatais no âmbito da venda de terrenos e imóveis públicos⁽²⁾. Em conformidade com a referida comunicação, a venda deve ser realizada através de concurso público ou o preço de mercado deve ser estabelecido por uma avaliação efectuada por peritos independentes.

A Comissão refere que, no caso presente, a venda não se realizou através de concurso público. Consequentemente, o preço de mercado devia ser estabelecido por um perito imobiliário que preencha as condições estabelecidas na alínea a) do ponto 2 da comunicação. Na ausência de tal avaliação, a Comissão não está em condições de concluir que a venda do terreno realizada pelo município de Piippola à Ojala-Yhtymä não inclui elementos de auxílio.

Assim, pelas razões acima apresentadas, a Comissão tem dúvidas quanto à compatibilidade do auxílio com as orientações relativas aos auxílios regionais e quanto à inexistência de elementos de auxílios na venda do terreno à Ojala-Yhtymä Oy, realizada pelo município de Piippola.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

CARTA

«Komissio ilmoittaa täten Suomelle, että tutkittuaan Suomen viranomaisten toimittamat edellä mainittua tukea koskevat tiedot komissio on päättänyt aloittaa EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 2 kohdassa tarkoitettua menettelyä.

1. Menettely

1. Suomi ilmoitti edellä mainitusta tuesta komissiolle EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 3 kohdan nojalla 29. lokakuuta 1999 päivätyllä kirjeellä (kirjattiin saapuneeksi 5. marraskuuta 1999). Komissio pyysi Suomelta lisätietoja 2. joulukuuta 1999 päivätyllä kirjeellä. Suomi vastasi 23. joulukuuta 1999 päivätyllä kirjeellä (kirjattiin saapuneeksi 7. tammikuuta 2000).
2. Suomelta saatujen tietojen perusteella ilmoituksen teko-vaiheessa osa suunnitellusta tuesta oli jo myönnetty yrityk-selle. Tämän vuoksi toimenpide kirjattiin ilmoittamatto-maksi tueksi.

⁽¹⁾ JO C 74 de 10.3.1998, p. 9.

⁽²⁾ JO C 209 de 10.7.1997, p. 3.

3. Komissio huomauttaa, että oletetulla valtiontuella ja tutkimuksen kohteena olevalla tuetulla hankkeella ei ole yhteyttä oletettuun valtiontukeen ja hankkeeseen, joita tutkitaan parhaillaan asian NN 158/99 yhteydessä (ei vielä julkaistu).

2. Yksityiskohtainen kuvaus tuesta

4. Tukea saava hanke sijaitsee Suomessa Piippolassa, jossa mittatilaustyönä tehtyä hienomekaniikkaa tarjoava suomalainen Ojala-Yhtymä Oy (jäljempänä "Ojala-Yhtymä") aloittaa työkalujen valmistuksen vuoden 2000 ensimmäisellä neljänneksellä.

5. Ojala-Yhtymän liikevaihto vuosina 1997–1998 oli 173 miljoonaa Suomen markkaa ja voitto 14 miljoonaa markkaa. Liikevaihdosta 166 miljoonaa Suomen markkaa kertyi Suomesta (noin 95 %). Yhtymä työllisti 202 henkilöä vuonna 1998.

6. Ojala-Yhtymä kuuluu Ojala Groupiin. Ojala Group tarjoaa ohutlevystä valmistettujen komponenttien valmistusta sekä tuotteiden osakokoonpanoa sähkö- ja elektroniikkateollisuudelle. Ojala Group muodostuu seuraavista yrityksistä: Ojala-Yhtymä Oy, Teho Filter Oy ja Ridcon Oy. Sillä on lisäksi tytäryhtiö Kiinassa (Ojala Mechanical Equipment (Suzhou) Co. Ltd) ja yhteistyösopimus Plat & Mekano I Täby AB:n kanssa. Ojala Group toimii Suomessa neljällä paikkakunnalla ja uusia tuotantolaitoksia on suunnitteilla kahdelle muulle paikkakunnalle (Haapajärvi ja Piippola). Ojala Groupilla on 620 työntekijää ja vuodelle 1999 budjetoitu liikevaihto oli 500 miljoonaa Suomen markkaa. Yritystä on siten pidettävä 3. huhtikuuta 1996 annetussa komission suosituksessa⁽³⁾ tarkoitettuna suurena yrityksenä. Ojala Groupin tärkeimmät asiakkaat ovat ABB ja Nokia ja tärkeimmät kohdemarkkinat Suomen lisäksi ovat Ruotsi, Saksa, Italia, Yhdistynyt kuningaskunta, Kiina, Yhdysvallat ja Australia. Suora vienti on kasvussa.

7. Ojala-Yhtymän investointi on seuraava (tuhatta markkaa):

Investioidin laji	Määrä
Maa-alue	10
Rakennus	5 000
Koneet	8 000

Investointi johtaa 10–20 työpaikkaan vuoteen 2002 mennessä.

8. Suomen viranomaisten mukaan vuonna 2003 Ojala Groupin Piippolan tehdas on Suomen nykyaikaisin työkaluvalmistusyksikkö. Työkalut valmistetaan yhteistyössä eurooppalaisten sähkö- ja televiestintäkomponenttien valmistajien kanssa kustannustehokkaalla tavalla, joka varmistaa tuotteiden korkean laadun. Yrityksen liiketoimintasuunnitelman mukaan investointi vastaa kansainvälisen kysynnän lisääntymiseen ja nostaa yrityksen markkinaosuutta huomattavasti. Yrityksen mukaan tämän mahdollistaa alan keskittyminen ja yrityksen tarjoamien palvelujen parempi kilpailukyky suhteessa muihin toimittajiin.

9. Ilmoitettu tuki koostuu 5 vuoden korottomasta lainasta, jonka suuruus on 4 miljoonaa Suomen markkaa (672 751,70 euroa) ja jonka myöntää Piippolan kunta. Suomen viranomaisten toimittamien tietojen mukaan laina myönnettiin 12. heinäkuuta 1999 ja ensimmäinen 2 miljoonan markan erä vapautettiin 13. syyskuuta 1999.

10. Neljän miljoonan markan lainaa ei lyhennetä 5 vuoden laina-ajan kuluessa. Kyseisen 4 miljoonan markan vakuudeksi Piippolan kunta saa 4 miljoonan markan ensisijaisen kiinnityksen Ojala-Yhtymälle myymäänsä 5 hehtaarin määrään, jolle teollisuuskiinteistö rakennetaan.

11. Yritys on lisäksi hakenut 1 miljoonan Suomen markan investointitukea valtiolta (Työvoima- ja elinkeinokeskus, joka on uusia investointeja kehitysalueilla tukeva julkinen laitos). Jos Ojala-Yhtymä saa avustuksen, 4 miljoonan markan lainaa lyhennetään miljoonalla markalla. Avustushakemuksen käsittely on kesken eikä päätöstä avustuksen määrästä tai sen myöntämisestä ole vielä tehty.

12. Ojala-Yhtymä on ostanut Piippolan kunnalta noin 50 000 m² maa-alueen 10 000 Suomen markalla (1 681,87 eurolla). Kaupparakirja allekirjoitettiin 12. heinäkuuta 1999. Käytettävissä olevien tietojen perusteella näyttää siltä, että myyntihinta ei perustu avoimeen tarjouskilpailuun eikä ennen myyntineuvotteluita tehtyyn riippumattomaan arviointiin.

13. Suomen viranomaiset toteavat, että kauppahinta (0,20 Suomen markkaa/m² eli 0,03 euroa) on käypä markkinahinta. Tämän osoittamiseksi Suomen viranomaiset ilmoittavat Piippolan kunnan ostaneen myös kaksi muuta maa-alueita seuraavaan hintaan:

— 2 510 m² hintaan 0,40 Suomen markkaa/m² 31. elokuuta 1999

— 1 000 m² hintaan 1 Suomen markkaa/m² 14. lokakuuta 1999.

14. Suomen viranomaiset toteavat lisäksi, että Ojala Groupin maksama kauppahinta 20 penniä neliometri on perusteltu markkinahinta eikä sisällä avustusluonteista valtiontukea. Viranomaiset huomauttavat myös, että suuret maa-alueet myydään yleensä suhteessa alhaisempaan hintaan kuin pienet maa-alueet.

3. Arviointi tuesta

15. EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 1 kohdan mukaan jäsenvaltion myöntämä taikka valtion varoista muodossa tai toisessa myönnetty tuki, joka vääristää tai uhkaa vääristää kilpailua suosimalla jotakin yritystä tai tuotannon-alaa, ei sovellu yhteismarkkinoille, siltä osin kuin se vaikuttaa jäsenvaltioiden väliseen kauppaan. Yhteisöjen tuomioistuimen vakiintuneen oikeuskäytännön mukaan kauppaan kohdistuva vaikutus toteutuu, jos tukea saavan yrityksen harjoittama taloudellinen toiminta sisältää jäsenvaltioiden välistä kauppa.

⁽³⁾ EYVL L 107, 30.4.1996, s. 4.

16. Komissio toteaa, että ilmoitettu tuki myönnetään valtion varoista yksittäiselle yritykselle, jota tuki suosii alentamalla kustannuksia, joita yritykselle ilmoitetun investointihankkeen toteuttamisesta tavallisesti aiheutuisi. Tukea saava yritys, Ojala-Yhtymä Oy, valmistaa lisäksi metallikomponentteja sähkö- ja elektroniikkateollisuudelle, mikä on jäsenvaltioiden välistä kauppaa sisältävää taloudellista toimintaa. Siten kyseinen tuki kuuluu EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 1 kohdan soveltamisalaan.
17. Tuki muodostuu Piippolan kunnan suorista avustuksista alueella tehtävään investointiin. Piippola on EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 3 kohdan c alakohdassa tarkoitettu tukialue⁽⁴⁾. Aluetuen yläraja kyseisellä alueella on 20 % NAE. Alueellisia valtiontukia koskevien suuntaviivojen⁽⁵⁾ (jäljempänä ”aluetuen suuntaviivat”) 2 kohdan mukaan suuntaviivat koskevat kaikkia talouden toimialoja lukuun ottamatta aloja, joilla sovelletaan erityissääntöjä. Koska metallikomponenttien valmistukseen ei sovelleta tällaisia erityissääntöjä, kyseinen tuki arvioidaan aluetuen suuntaviivojen nojalla.
18. Komissio toteaa, että tuki on osittain jo maksettu tuensajalle eli Ojala-Yhtymä Oy:lle eikä sitä ole myönnetty minäkään hyväksytyin aluetukijärjestelmän nojalla. Siten tukea pidetään tapauskohtaisena tukena.
19. Aluetuen suuntaviivojen 2 kohdan toisen kappaleen mukaan aluetuelle voidaan myöntää poikkeus 87 artiklan 3 kohdan a ja c alakohdasta vain, jos voidaan taata tasapaino tuen aiheuttamien kilpailun vääristymien ja vaikeuksissa olevan alueen kehittämisenä ilmenevien etujen välillä.
20. Aluetuen suuntaviivojen 2 kohdan kolmannen kappaleen mukaan tapauskohtainen tuki ei yleensä täytä edellä esitettyjä vaatimuksia ja 87 artiklan 3 kohdan a ja c alakohdasta poikkeaminen sallitaan yleensä vain hyväksytyistä tukiohjelmista myönnetylle tuelle.
21. Koska kyseessä vaikuttaa olevan yksittäinen tapauskohtainen tuki, se on arvioitava erikseen. Komission on erityisesti tutkittava tuen vaikutus koko yhteisön kannalta voidakseen päätellä, soveltuuko tuki yhteismarkkinoille.
22. Kilpailun vääristymisestä komissio toteaa, että Suomen viranomaisten toimittamien tietojen mukaan 95 prosenttia Ojala Groupin liikevaihdosta syntyy Suomessa. Toimittuissa tiedoissa mainitaan myös yhtiön tärkeimmät asiakkaat, kohdemarkkinat Suomen lisäksi ja todetaan suoran viennin olevan kasvussa.
23. Komissio toteaa, että voidakseen arvioida kilpailun vääristymistä se tarvitsee tietoja markkinatilanteesta merkityksellisillä markkinoilla ja yrityksen asemasta niillä. Komissiolla ei ole tietoja markkinaosuuksista eikä markkinoiden kehityksestä. Siten komissiolla ei ole tarvittavia tietoja voidakseen arvioida tuen aiheuttaman kilpailun vääristymisen vaikutusta.
24. Komissio toteaa myös, että voidakseen katsoa 87 artiklan 3 kohdan poikkeussäännösten soveltuvan tapauskohtaiseen tukeen komission on oltava vakuuttunut, että tuesta on hyötyä heikommassa asemassa olevan alueen kehittymisen kannalta.
25. Ilmoituksen mukaan Piippolan kaltaiset maaseutualueet Suomessa kärsivät muuttotappioista ja väkiluku vähenee 1–2 prosenttia vuodessa. Alueen työttömyysprosentti on viime vuosina ollut sitkeästi noin 15 prosenttia. Suomen viranomaisten toimittamien tietojen mukaan Ojalan työkaluvalmistusyksikön saanti Piippolaan tuo alueelle kokonaan uutta, kansainvälistä huipputeknologiaa sisältävää yritystoimintaa ja sitä kautta luo uusia työpaikkoja. Alueen ja kunnan koko huomioon ottaen kyseiset työpaikat ovat määrällisesti ja laadullisesti merkittäviä.
26. Komissio toteaa toimitettujen tietojen viittaavan siihen, että alue on heikommassa asemassa oleva alue. Toimitetut tiedot eivät kuitenkaan osoita, mitä todellista hyötyä tuesta voisi olla alueelle. Käytettävissä olevat tiedot eivät vakuuta komissiota siitä, että tuesta alueen kehittymiselle koitua hyöty voidaan taata.
27. Komissio toteaa myös, että Ojala-Yhtymä on hakenut 1 miljoonan Suomen markan investointiavustusta, jota koskevan hakemuksen käsittely on kesken. Päätöstä avustuksen myöntämisestä tai sen suuruudesta ei ole toistaiseksi tehty. Tämän vuoksi komissio ei ota menettelyssään hakemusta huomioon, ellei menettelyn kuluessa saada uusia asian arvioimisen kannalta merkityksellisiä tietoja Suomen viranomaisten hakemuksesta tekemän päätöksen perusteella.
28. Mitä tulee Piippolan yritykselle myymään maa-alueeseen, komissio toteaa, että viranomaisten tekemiin maakauppoihin sovelletaan julkisten viranomaisten tekemiin maa-alueita ja rakennuksia koskeviin kauppoihin sisältyvistä tuista annettua komission tiedonantoa⁽⁶⁾. Tiedonannon mukaan myynti on toteutettava avoimen tarjouskilpailun kautta tai riippumattoman arvioijan on määritettävä markkina-arvo. Komissio toteaa, että käsiteltävässä tapauksessa myynti ei tapahtunut avoimen tarjouskilpailun perusteella.
29. Tämän vuoksi markkinahinnan määrittelemine on annettava tiedonannon 2 kohdan a alakohdan edellytykset täyttävän arvioijan tehtäväksi. Ilman tällaista arviota komissio ei voi olla varma siitä, että Piippolan ja Ojala-Yhtymän väliseen maakauppaan ei sisälly valtiontukea.
30. Edellä esitetyn vuoksi komissio ei tällä hetkellä pysty arvioimaan Ojala-Yhtymälle Piippolaan tehtävää investointia varten myönnetyn tuen nettointensiiteettiä eikä siten selvittämään, onko Suomi noudattanut aluetuen ylärajaa. Tämä johtuu siitä, että i) investointikustannusten tukikelpoisuus on todistamatta ja ii) maakauppaan mahdollisesti sisältyvä valtiontukielementti vaikuttaa väistämättä tuen kokonaisnettointensiiteettiin.

⁽⁴⁾ Tuen myöntämisaikana Piippola kuului 2-tukialueeseen ja on sellainen myös kaudella 2000–2006.

⁽⁵⁾ EYVL C 74, 10.3.1998, s. 9.

⁽⁶⁾ EYVL C 209, 10.7.1997, s. 3.

4. Pöätelmät

31. Edellä esitetyistä syistä komissio epäilee tuen yhdenmukaisuutta kansallista aluetukea koskevien suuntaviivojen kanssa sekä katsoo, että Piippolan kunnan ja Ojala-Yhtymän väliseen maakauppaan voi sisältyä valtiontukea.
32. Tämän vuoksi komissio kehottaa EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 2 kohdassa määrätyn menettelyn mukaisesti Suomen viranomaisia toimittamaan huomatuksensa ja kaikki tiedot, joista voi olla hyötyä tuen arvioinnissa, kuukauden kuluessa tämän kirjeen saamisesta. Komissio kehottaa Suomen viranomaisia toimittamaan jäljenöksen tästä kirjeestä mahdolliselle tuensaajalle mahdollisimman pian.
33. Komissio muistuttaa Suomea EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 3 kohdan lykkäävästä vaikutuksesta ja viittaa neuvoston asetuksen (EY) N:o 659/1999 14 artiklaan, jossa säädetään, että kaikki sääntöjenvastainen tuki voidaan peria tuensaajalta takaisin.»

«Efter att ha undersökt information som insänts av de finländska myndigheterna om ovan angivna stöd önskar kommissionen informera Finland om att beslut fattats om att inleda ett förfarande enligt artikel 88.2 i EG-fördraget.

1. Förfarande

- Finland anmälde ovan nämnda stöd till kommissionen i enlighet med artikel 88.3 i EG-fördraget i en skrivelse av den 29 oktober 1999 (registrerad den 5 november 1999). Kommissionen begärde ytterligare information från Finland i en skrivelse daterad den 2 december 1999. Finland svarade i en skrivelse av den 23 december 1999 (registrerad den 7 januari 2000).
- Enligt den information som mottagits från Finland hade en del av det planerade stödet redan beviljats företaget vid tiden för anmälan. Därför registrerades ärendet som ett icke anmält stöd.
- Kommissionen konstaterar att föreliggande påstådda statliga stöd och stödprojekt inte har någon koppling till det påstådda statliga stöd och projekt som för närvarande granskas i ärende NN 158/99 (ännu ej offentliggjort).

2. Detaljerad beskrivning av stödet

- Det stödda projektet skall äga rum i Piippola, Finland, där Ojala-Yhtymä Oy (Ojala-Yhtymä), en finländsk tillverkare av finmekanik och höljen på beställning; kommer att börja tillverka verktyg under första kvartalet 2000.
- Ojala-Yhtymäs omsättning under 1997–1998 var 173 miljoner finska mark och vinsten låg på 14 miljoner finska mark. 166 miljoner finska mark av omsättningen kom från Finland (cirka 95 %). 1998 syssetatte företaget 202 personer.

- Ojala-Yhtymä är ett dotterbolag inom Ojala-gruppen. Ojala-gruppen tillverkar metallkomponenter gjorda av tunnplåt och sysslar delvis med montering av produkter för el- och elektronikindustrin. Ojala-gruppen består av följande företag: Ojala-Yhtymä Oy, Teho Filter Oy och Ricdon Oy. Den har även ett dotterbolag i Kina (Ojala Mechanical Equipment (Sushou) Co Ltd) och ett samarbetsavtal med Plåt & Mekano i Täby AB. Ojala-gruppen är verksam på fyra orter i Finland och nya produktionsfaciliteter skall byggas på två andra orter (Haapajärvi och Piippola). Gruppen har 620 anställda och den budgeterade omsättningen för 1999 låg på 500 miljoner finska mark. Den måste därför anses vara ett stort företag i den mening som avses i kommissionens rekommendation av den 3 april 1996⁽¹⁾. Ojala-gruppens viktigaste kunder är ABB- och Nokia-grupperna och företagets viktigaste marknader, förutom Finland, är Sverige, Tyskland, Italien, Förenade kungariket, Kina, USA och Australien. Direktexporten växer.
- Ojala-Yhtymäs investeringar sker enligt följande (tusental finska mark):

Typ av investering	Belopp
Mark	10
Byggnader	5 000
Maskiner	8 000

Som ett resultat av investeringen kommer 10–20 arbetstillfällen att ha skapats fram till 2002.

- Enligt de finländska myndigheterna kommer Ojala-gruppens Piippolafabrik att år 2003 vara den modernaste verktygstillverkande enheten i Finland. Verktygen kommer att tillverkas i samarbete med tillverkare inom EU av elektronik och telekomponenter på ett kostnadseffektivt sätt som säkrar en hög kvalitet på produkterna. Enligt företagets verksamhetsplan kommer investeringen att svara mot en växande internationell efterfrågan och öka företagets marknadsandel avsevärt. Enligt företaget blir detta möjligt genom koncentrationen inom sektorn och konkurrenskraften i företagets tjänster i jämförelse med de som erbjuds av andra aktörer inom sektorn.
- Det anmälda stödet består av ett 5-årigt räntefritt lån på 4 miljoner finska mark (672 751,70 euro) beviljat av Piippola kommun. Enligt informationen från de finländska myndigheterna beviljades lånet den 12 juli 1999 och en första tranch på 2 miljoner finska mark frigjordes den 13 september 1999.
- Lånet på 4 miljoner finska mark är ett lån som inte behöver betalas av under den 5-åriga låneperioden. Som säkerhet för dessa 4 miljoner finska mark kommer Piippola kommun att begära pantträtt i form av en inteckning i den tomt på 5 hektar som den sålt till Ojala-Yhtymä och på vilken industrifastigheten skall byggas.

⁽¹⁾ EGT L 107, 30.4.1996, s. 4.

11. Därtill kommer att företaget har ansökt om ett investeringsstöd på 1 miljon finska mark från statliga Arbetskrafts- och näringscentralen, som är ett offentligt organ som stödjer nya investeringar i utvecklingsområden. Om detta bidrag skulle beviljas Ojala-Yhtymä skulle lånet på 4 miljoner finska mark sänkas med 1 miljon finska mark. Bidragsansökningen är fortfarande under behandling och något beslut har ännu inte fattats vare sig om beloppet eller huruvida det skall beviljas.

12. Vidare har Ojala-Yhtymä förvärvat en tomt på omkring 50 000 m² från Piippola kommun för 10 000 finska mark (1 681,87 euro). Köpeavtalet ingicks den 12 juli 1999. Enligt tillgänglig information förefaller köpesumman inte ha bestämts efter ett villkorslöst anbudsförfarande eller på basis av en oberoende värdering före försäljningsförhandlingarna.

13. De finländska myndigheterna anger att priset (0,20 finska mark/m², dvs. 0,03 euro) utgör ett rättvist marknadspris. Som belägg för detta anger Finland att Piippola kommun har köpt två markområden enligt följande:

— 2 510 m² för 0,40 finska mark/m² den 31 augusti 1999.

— 1 000 m² för 1 finsk mark/m² den 14 oktober 1999.

14. De finländska myndigheterna anger vidare att köpesumman på 20 penni per kvadratmeter som erlagts av Ojala-gruppen är ett rimligt marknadspris och inte innehåller några inslag av statliga subventioner i form av stöd. De anger även att det är allmän praxis att sälja större markområden för ett relativt sett billigare pris jämfört med små tomter.

3. Bedömning av stödet

15. Enligt artikel 87 i EG-fördraget är stöd som ges av en medlemsstat eller med hjälp av statliga medel, av vilket slag det än är, som snedvrider eller hotar att snedvrیدا konkurrensen genom att gynna vissa företag eller viss produktion, oförenligt med den gemensamma marknaden i den utsträckning det påverkar handeln mellan medlemsstaterna. Enligt EG-domstolens rättspraxis är villkoret om påverkan på handeln uppfyllt om det stödmottagande företaget bedriver en ekonomisk verksamhet som är föremål för handel mellan medlemsstaterna.

16. Kommissionen konstaterar att det anmälda stödet beviljats med statliga medel till ett enskilt företag, som därigenom gynnats genom en minskning av kostnader som det normalt skulle ha fått stå för självt ifall det velat genomföra det anmälda investeringsprojektet. Därtill kommer att stödmottagaren, Ojala-Yhtymä Oy, är ett företag som tillverkar metallkomponenter för el- och elektronikindustrin, en ekonomisk verksamhet där handel förekommer mellan medlemsstaterna. Därför omfattas det aktuella stödet av artikel 87.1 i EG-fördraget.

17. Det aktuella stödet består av direkta bidrag från Piippola kommun för en investering i området. Piippola är ett stöd-

berättigat område i den mening som avses i 87.3 c i EG-fördraget ⁽²⁾. Regionalstödstaket i det aktuella området är 20 % NBE. Enligt punkt 2 i riktlinjerna för statligt stöd för regionala ändamål ⁽³⁾ (nedan kallade regionalriktlinjerna) är dessa riktlinjer tillämpliga på regionalstöd som beviljas inom alla verksamhetssektorer utom sektorer där särskilda bestämmelser gäller. Eftersom tillverkning av metallkomponenter inte omfattas av några särskilda regler skall stödet i fråga bedömas i enlighet med regionalriktlinjerna.

18. Kommissionen konstaterar att stödet i fråga delvis redan har utbetalats till mottagaren Ojala-Yhtymä Oy och att det inte beviljats inom ramen för någon godkänd regional ordning. Därför är stödet att betrakta som särskilt stöd.

19. Enligt punkt 2.2 i regionalriktlinjerna får ett undantag enligt artikel 87.3 a och c avseende regionalstöd endast beviljas om en balans kan garanteras mellan den uppkomna konkurrenssnedvridningen och stödets fördelar vad gäller utvecklingen av regionen.

20. Enligt punkt 2.3 i regionalriktlinjerna uppfyller särskilt stöd inte, om annat ej påvisas, ovanstående krav i punkt 2.2 i regionalriktlinjerna, och undantagen i artikel 87 a och c avser vanligtvis endast stöd som beviljas i enlighet med godkända ordningar.

21. Eftersom stödet synes utgöras av ett enskilt särskilt stöd, måste det bedömas från fall till fall. Särskilt måste kommissionen undersöka stödets effekter inom gemenskapen som helhet för att avgöra huruvida stödet är förenligt med den gemensamma marknaden.

22. När det gäller snedvridningen av konkurrensen konstaterar kommissionen att enligt den information som insänts av Finland kommer 95 % av Ojala-gruppens omsättning från Finland. I denna information omtalas även gruppens viktiga kunder; de marknader, förutom Finland, som företaget inriktar sig på och att direktexporten växer.

23. Kommissionen konstaterar att för att kunna bedöma konkurrenssnedvridningen behövs information om marknadsituationen på den relevanta marknaden och om företagets ställning inom denna marknad. Kommissionen förfogar inte över information om marknadsandelarna och marknadsutvecklingen. Följaktligen saknar kommissionen upplysningar för att kunna bedöma effekterna av den konkurrenssnedvridning som orsakas av stödet.

24. Kommissionen konstaterar vidare att för att kunna överväga om undantagen i artikel 87.3 kan vara tillämpliga på ett särskilt stöd måste övertygande belägg finnas som garanterar stödets fördelar för utvecklingen av en mindre region.

⁽²⁾ Piippola var klassificerat som mål 2-område då stödet beviljades och kommer att fortsatt vara det under perioden 2000–2006.

⁽³⁾ EGT C 74, 10.3.1998, s. 9.

25. Enligt anmälan lider landsbygdsområden i Finland såsom Piippolaområdet, av nettoutflyttning, och befolkningen minskar med 1–2 % per år. Arbetslösheten i området har envist legat kvar på cirka 15 %. Enligt informationen från de finländska myndigheterna kommer Ojalas verktygsstillverkningsenhet i Piippola att tillföra regionen som helhet ett nytt ekonomiskt verksamhetsområde med världsledande, toppmodern teknik och på detta sätt skapa nya arbetstillfällen som är både kvantitativt och kvalitativt betydande med tanke på regionens och ortens storlek.
26. Kommissionen konstaterar att det i den insända informationen anges att regionen skulle kunna anses vara en mindre gynnad region. I den insända information visas dock inte det aktuella stödets faktiska fördelar för regionen i fråga. På grundval av tillgänglig information är kommissionen inte övertygad om att stödet garanterat medför faktiska fördelar för regionens utveckling.
27. Därtill kommer att kommissionen konstaterar att Ojala-Yhtymä dessutom ansökt om 1 miljon finska mark i investeringsstöd och att denna ansökan fortfarande är under behandling. För närvarande har inget beslut fattats vare sig om stöd skall beviljas eller hur mycket. Kommissionen kommer därför inte att beakta denna ansökan i föreliggande förfarande, såvida det inte under arbetets gång framkommer ny information som är relevant för bedömningen av ärendet till följd av ett beslut av de finländska myndigheterna om ansökan i fråga.
28. När det gäller Piippola kommuns försäljning av mark till företaget konstaterar kommissionen att myndigheters försäljning av mark måste överensstämma med kommissionens meddelande om inslag av stöd vid statliga myndigheters försäljning av mark och byggnader⁽⁴⁾. Enligt detta meddelande skall försäljningen ske efter ett öppet anbuds-förfarande eller så skall marknadspriset fastställas genom en oberoende expertvärdering.
29. Kommissionen konstaterar att försäljningen i föreliggande fall inte skett efter ett öppet anbuds-förfarande. Därför borde marknadspriset ha fastställts av en värderingsman, som uppfyller villkoren i punkt 2 a i meddelandet. I avsaknad av en sådan värdering kan kommissionen inte fastslå att Piippola kommuns försäljning av mark till Ojala-Yhtymä inte innehåller inslag av statligt stöd.
30. Till följd av det ovan anförda kan slutligen kommissionen för närvarande inte uppskatta nettostödnivån för det stöd som beviljats till Ojala-Yhtymä för dess investering i Piippola och kan alltså inte heller avgöra huruvida det maximala stödtaket har respekterats av Finland, eftersom 1) det måste bevisas att investeringskostnaderna är stödberättigande och 2) alla eventuella inslag av statligt stöd i markförvärvet ovillkorligen kommer att inverka på den totala nettostödnivån.

4. Slutsats

31. Kommissionen betvivlar följaktligen av ovan anförda skäl att stödet är förenligt med riktlinjerna för statligt stöd för regionala ändamål och att det inte skulle finnas inslag av statligt stöd i Piippola kommuns markförsäljning till Ojala-Yhtymä Oy.
32. Mot bakgrund av det ovan anförda ger kommissionen med stöd av artikel 88.2 i EG-fördraget Finland tillfälle att inom en månad från mottagandet av denna skrivelse yttra sig och tillhandahålla alla upplysningar som är nödvändiga för bedömningen av stödet. Kommissionen uppmanar Era myndigheter att omedelbart översända en kopia av denna skrivelse till den potentiella stödmottagaren.
33. Kommissionen påminner Finland om att artikel 88.3 i EG-fördraget har suspensiv verkan och hänvisar till artikel 14 i rådets förordning (EG) nr 659/1999, där det föreskrivs att allt olagligt stöd kan återkrävas från mottagaren.»

⁽⁴⁾ EGT C 209, 10.7.1997, s. 3.

AUXÍLIO ESTATAL

Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 38/2000 (ex NN 44/98) — Reestruturação da Ilka Mafa Kältetechnik GmbH

(2000/C 278/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 1 de Agosto de 2000, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Alemanha a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção H-1
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 95 79.

Estas observações serão comunicadas à Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO

Em 27 de Março de 1998, as autoridades alemãs notificaram à Comissão um auxílio à reestruturação para a segunda privatização da Ilka Mafa Kältetechnik GmbH. Uma vez que o projecto notificado não poderia ser prosseguido devido à retirada do investidor no final de 1998, o projecto foi de novo notificado em 30 de Dezembro de 1999 com um novo investidor.

A Ilka Mafa Kältetechnik GmbH pertencia a um grupo de oito antigas empresas da Alemanha de Leste que foram objecto de uma primeira privatização em 1994, tendo constituído a EFBE Verwaltungs GmbH & Co. Management KG, actualmente Lintra Beteiligungsholding GmbH. A presente decisão refere-se exclusivamente ao novo auxílio concedido à Ilka-alt e Ilka-neu, a partir de 1 de Janeiro de 1997, dado que o processo relativo à Lintra Beteiligungsholding GmbH se encontra pendente sob o número C 41/99.

A notificação refere-se à privatização da Ilka-neu (Ilka Mafa Kältemaschinenbau GmbH), empresa que retomou as actividades («Auffanggesellschaft») da antiga Ilka Mafa Kältetechnik (Ilka-alt). A empresa localiza-se em Dollnitz bei Halle, Saxónia-Anhalt, e, no final de 1999, possuía 45 trabalhadores.

A actividade da Ilka-neu é o desenvolvimento, produção e montagem de refrigeradores para a produção de frio através de amoníaco por processos respeitadores do ambiente. Os refrigeradores são utilizados na indústria alimentar, indústria química, processos de fabrico industrial e ar condicionado.

O investidor é a GEA AG, *holding* gestora do grupo GEA, um grupo mundial com cerca de 150 empresas em todo o mundo. No total o grupo emprega 16 500 trabalhadores.

O período de reestruturação vai de Dezembro de 1997 a Dezembro de 2001. Em 1998, o volume de negócios da Ilka-neu era de 10,362 milhões de marcos alemães (DEM).

O projecto de reestruturação prevê sobretudo a redução de custos graças à utilização das sinergias resultantes do facto de pertencer a um grande grupo (aquisição conjunta de materiais) e também a distribuição de produtos através da rede mundial de distribuição do grupo. As tarefas de administração e de distribuição serão assumidas por uma filial, a Grasso RT, localizada em Berlim, com vista a reduzir custos. Futuramente, a empresa centrar-se-á na actividade básica de produção de refrigeradores. (. . .) (*). Serão realizados alguns investimentos a nível da substituição e modernização, do mesmo modo que se reforçarão as actividades de investigação e desenvolvimento (I & D).

De acordo com a notificação, o custo total da reestruturação ascenderá a 39,339 milhões de marcos alemães, dos quais 28,198 milhões seriam financiados pelo auxílio, 8,381 milhões pelo investidor e 2,760 milhões pela contribuição dos trabalhadores.

(*) Segredos comerciais.

De acordo com o n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE, são incompatíveis com o mercado comum, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos Estados ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiem ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções. De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, as trocas comerciais são afectadas se a empresa beneficiária desenvolver uma actividade económica que implique trocas comerciais com os Estados-Membros.

A Comissão verifica que o auxílio notificado provém de recursos estatais concedidos a uma empresa individual favorecendo-a ao reduzir os custos que teria normalmente de suportar para empreender o projecto de reestruturação notificado. Além disso, o beneficiário do auxílio, a Ilka-neu, é uma empresa cujas actividades abrangem o desenvolvimento, produção e montagem de refrigeradores, isto é, actividades económicas que implicam trocas comerciais entre os Estados-Membros. Por conseguinte, o auxílio em questão é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado CE.

O projecto notificado refere-se à reestruturação da empresa de acordo com o plano apresentado pelo investidor. O auxílio foi notificado em 27 de Março de 1998. A Comissão refere que o auxílio à reestruturação a favor de empresas em dificuldade é avaliado de acordo com as orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade. Uma vez que parte do auxílio foi concedida após 9 de Outubro de 1999, aplicam-se ao auxílio notificado as orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade de 1999 ⁽¹⁾ (a seguir denominadas «as orientações»).

De acordo com as orientações, o auxílio deve ser proporcional aos custos e benefícios da reestruturação. O Ponto 3.2.2, alínea d), das orientações estabelece que o auxílio deve ser limitado ao mínimo rigorosamente necessário para permitir a reestruturação e ser proporcional aos benefícios previstos do ponto de vista comunitário. Os beneficiários do auxílio devem contribuir de maneira significativa com recursos próprios para o plano de reestruturação.

De acordo com as informações de que a Comissão dispõe, o custo total da reestruturação notificada é de 36,579 milhões de DEM. A parte do financiamento público seria de 28,198 milhões de DEM, correspondente a 77 % dos custos totais. A contribuição do investidor seria de 8,381 milhões de DEM, correspondente a 23 % dos custos totais. Por conseguinte, a Comissão tem algumas dúvidas quanto ao facto de o auxílio se limitar ao mínimo rigorosamente necessário para permitir a reestruturação da empresa e de a contribuição do investidor poder ser considerada significativa tal como previsto nas orientações.

Além disso, a Comissão regista que o plano de reestruturação prevê que dos 9,8 milhões de DEM do investimento e das

medidas de reestruturação previstas pelo investidor, 1,1 milhões seriam utilizados para criar instalações de distribuição na Escandinávia e no Japão e desenvolver a rede de distribuição na América do Sul. Tendo em conta que as funções de distribuição da Ilka-neu são assumidas pela Grasso RT, a Comissão tem algumas dúvidas sobre se a percentagem do auxílio associada a estes investimentos é de facto concedida à Ilka-neu, se estes investimentos são fundamentais para restabelecer a viabilidade da empresa e se o auxílio se limita ao rigorosamente necessário.

Para além do atrás exposto, a Comissão observa igualmente que a decisão final sobre o processo C 41/99 referente à Lintra Beteiligungsholding GmbH poderia impor algumas responsabilidades suplementares à antiga Ilka Mafa Kältetechnik GmbH que devem ser aditadas aos custos do actual plano de reestruturação. O montante exacto destas responsabilidades não está ainda definido, mas sê-lo-á na decisão final relativa ao processo C 41/99 — Lintra Beteiligungsholding GmbH. Estas responsabilidades suplementares devem ser tidas em conta na avaliação da proporcionalidade do auxílio.

Tendo em conta o atrás exposto e o facto de a contribuição do investidor ser tão reduzida que suscita dúvidas quanto ao cumprimento do critério de proporcionalidade do auxílio, a Comissão tem sérias dúvidas sobre o cumprimento deste critério.

A Comissão tem igualmente dúvidas acerca da capacidade do plano de reestruturação em restabelecer a viabilidade da empresa em questão a longo prazo, questão que será decidida quando as responsabilidades suplementares resultantes da eminente decisão do processo C 41/99, relativo à Lintra Beteiligungsholding GmbH, tiverem sido esclarecidas e avaliadas no contexto da actual reestruturação.

Nos termos do artigo 14.º Regulamento CE n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

CARTA

«Die Kommission teilt Deutschland mit, dass sie nach Prüfung der von den deutschen Behörden übermittelten Angaben über die vorerwähnte Beihilfe/Maßnahme beschlossen hat, das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag einzuleiten.

1. Verfahren

1. Mit Schreiben vom 5. Oktober 1999 setzten die deutschen Behörden die Kommission gemäß Artikel 88 Absatz 3 EG-Vertrag von der Umstrukturierungsbeihilfe für die Privatisierung der Ilka Mafa Kältemaschinenbau GmbH in Kenntnis. Die Ilka Mafa Kältemaschinenbau GmbH (nachfolgend Ilka-neu) ist als Auffanggesellschaft aus der ehemaligen Ilka Mafa Kältetechnik GmbH (nachfolgend Ilka-alt) hervorgegangen.

⁽¹⁾ JO C 288 de 9.10.1999.

2. Mit Schreiben vom 29. April 1998, 18. Juni 1998 und 25. Juni 1998 forderte die Kommission von Deutschland zusätzliche Auskünfte an. Deutschland antwortete mit Schreiben vom 29. Mai 1998, 30. Juli 1998, 18. August 1998 und 28. Oktober 1998.
3. Der am 27. März 1998 notifizierte Umstrukturierungsplan konnte Ende 1998 nicht weiter umgesetzt werden, da der Investor, Carrier Corporation, am 31. Dezember 1998 zurücktrat, ehe irgendwelche Maßnahmen zur Umsetzung des Vertrages zwischen den Parteien erfolgt waren. Die BvS begann mit der Suche nach einem neuen Investor, und am 27. September 1999 wurde der Privatisierungsvertrag mit der GEA AG geschlossen. Diese Privatisierung wurde der Kommission am 30. Dezember 1999 mitgeteilt und ist Gegenstand des vorliegenden Beschlusses.
4. Im Anschluss an die Anmeldung vom 30. Dezember 1999 forderte die Kommission mit Schreiben vom 18. Februar 2000 zusätzliche Informationen an. Deutschland antwortete mit Schreiben vom 3. April 2000.
5. Die Ilka-alt Kältetechnik gehörte zu einer Gruppe von acht früheren ostdeutschen Unternehmen, aus denen bei der Erstprivatisierung im Jahre 1994 die EFBE Verwaltungs GmbH & Co. Management KG, jetzt Lintra Beteiligungsholding GmbH, hervorging. Da das ursprüngliche Privatisierungskonzept im Dezember 1996 scheiterte, beschloss die Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben (BvS) im Januar 1997, die Umstrukturierung der potentiell lebensfähigen Lintra-Tochtergesellschaften fortzusetzen, um diese Unternehmen auf einen Wiederverkauf vorzubereiten. Da ein Teil der Beihilfe bereits zur Auszahlung gelangt ist, wurde der Fall als NN-Fall registriert.
6. Der Fall der Lintra-Beteiligungsholding GmbH ist unter der Nummer C 41/99 anhängig. Folglich wird die Beihilfe, die an Ilka-alt über die Lintra Beteiligungsholding GmbH gezahlt wurde, im Zusammenhang mit dem Fall C 41/99 der Lintra Beteiligungsholding GmbH behandelt.
7. Der vorliegende Beschluss betrifft neue Beihilfen, die ab 1. Januar 1997 an die Ilka-alt und die Ilka-neu gezahlt wurden.
10. Am 25. November 1994 wurde die Ilka-alt an die Lintra-Gruppe (Emans & Partner GbR) übertragen.
11. Ursachen für die schlechte Ertragslage der Ilka-alt waren ein zu geringer Umsatz aufgrund ungenügender Marktdurchdringung und zu hohe Fixkosten durch nicht angepasste Overhead- und Personalkosten. Ferner basierte das Konzept der Lintra auf dem Ausbau des Geschäftsbereichs Anlagenbau, was sich als strategische Fehlentscheidung erwies.
12. Die Verluste der Ilka-alt (in DEM) beliefen sich 1994 auf 18,6 Mio., 1995 auf 13,9 Mio., 1996 auf 5,1 Mio. und 1997 auf 3,7 Mio.

2.2. Die Zweitprivatisierung

2. Ausführliche Beschreibung der Beihilfe

2.1. Die Entwicklung des Falles bis zur Zweitprivatisierung

8. Zu Zeiten der DDR gehörte das Unternehmen zum Kombinat Ilka Luft- und Kältetechnik. Zum 1. Juli 1990 erfolgte die Umwandlung in Ilka Industrieverwaltungs GmbH, und zum 1. Januar 1993 übernahm die EFBE Verwaltungs GmbH & Co. Management KG die Management-Verantwortung über die Gesellschaft. Das Unternehmen war in Döllnitz bei Halle, Sachsen-Anhalt, ansässig.
9. Die Ilka-alt wurde am 1. März 1994 durch Ausgründung des operativen Geschäfts gegründet.
13. Ende 1997 gründete die Ilka-alt in Vorbereitung auf die Zweitprivatisierung die Tochtergesellschaft Ilka-neu. Am 17. November 1997 erwarb die Ilka-alt die leere Mantelgesellschaft Flamingo Vermögensverwaltung GmbH mit einem Stammkapital von 50 000 DEM. Diese wurde anschließend in Ilka Mafa Kältemaschinenbau GmbH (Ilka-neu) umfirmiert. Zum 11. Dezember 1997 wurde die Ilka-alt in Dipa-Industrie- und Vermögensverwaltungsgesellschaft (Dipa) umfirmiert.
14. Gegenstand der Ilka-neu sind die Entwicklung, Projektierung, Fertigung und Montage von Flüssigkeitskühlsätzen zur umweltverträglichen Kälteerzeugung auf Ammoniakbasis. Flüssigkeitskühlsätze werden in der Nahrungsgüterwirtschaft, der chemischen Industrie, der industriellen Produktion, zur Gebäudeklimatisierung und in Sportbauten angewandt.
15. Auf der Grundlage des Privatisierungsvertrags mit Carrier stattete die Ilka-alt (Dipa) die Ilka-neu am 11. Dezember 1997 mit dem für die Montage der Flüssigkeitskühlsätze und für den Service relevanten Anlage- und Umlaufvermögen zum vorgesehenen Kaufpreis von 2,5 Mio. DEM aus. Grundstücke und Gebäude verblieben bei der Dipa. Der Wert der übertragenen Vermögensgegenstände wurde mit 2,7 Mio. DEM beziffert. Aufgrund zusätzlicher Kosten im Zusammenhang mit der Übernahme der Mitarbeiter wurden davon 200 000 DEM abgezogen.
16. Der Interessent für die Zweitprivatisierung, Carrier, zog sich am 31. Dezember 1998 zurück. Im Zuge der Suche nach einem Ersatzinvestor nahm die BvS zu zehn in- und ausländische Unternehmen aus dem Bereich des Kälteanlagen- und Kältemaschinenbaus Verbindung auf. Als einziges Unternehmen bekundete die GEA AG Interesse an der Übernahme der Ilka-neu.
17. Mit Wirkung vom 25. Oktober 1999 übernahm die BvS sämtliche Geschäftsanteile an der Lintra zum Kaufpreis von 1 DEM. Damit übernahm sie auch die Dipa. Die BvS ist somit die einzige Gesellschafterin der Dipa. Die Dipa wurde am 1. Januar 2000 in Liquidation versetzt.

18. Am 27. September 1999 wurde der Privatisierungsvertrag zwischen der BvS, der Dipa und der GEA AG über die Übernahme der Ilka-neu geschlossen. Das Bundeskartellamt erteilte die Zustimmung zu dem Zusammenschluß (GEA-Ilka-neu). An die Dipa wurde der Kaufpreis von 500 000 DEM gezahlt.
19. Nach Aussage Deutschlands wäre die Eröffnung eines Gesamtvollstreckungsverfahrens über die verbleibende Dipa für die Neuprivatisierung mit dem Risiko von Anfechtungen behaftet. Zum Schutz von Gläubigern und zur Vermeidung konkursrechtlicher Auseinandersetzungen wird die Dipa bis zum Abschluss der Liquidation weiterfinanziert.
20. Die Ilka-neu erzielte 1998 folgende Ergebnisse: Umsätze 10,362 Mio. DEM; Verluste 6,687 Mio. DEM. Im selben Jahr produzierte die Ilka-neu [...] (**) Einheiten Flüssigkeitskühlsätze.
- 2.3. Der Umstrukturierungsplan**
21. Der Investor des zweiten Umstrukturierungsprojekts ist die GEA AG, die Managementholding der GEA-Gruppe, zu der weltweit ca. 150 operative Gesellschaften gehören. Im Jahre 1998 erzielte der Konzern mit 16 500 Beschäftigten bei einem Umsatz in Höhe von 4,8 Mrd. DEM einen Jahresüberschuss in Höhe von 192 Mio. DEM. Der Kaufpreis für die Ilka-neu betrug 500 000 DEM.
22. Der Umstrukturierungsplan sieht vor allem eine Kostensenkung durch Ausnutzung von Synergieeffekten vor, die durch die Einbindung in den Konzern (gemeinsamer Einkauf) und in dessen weltweites Vertriebsnetz erzielt werden sollen. Zwecks Kosteneinsparung werden die Funktionen Verwaltung und Vertrieb vom Schwesterunternehmen Grasso RT Berlin übernommen.
23. Das Unternehmen wird sich in Zukunft auf das Kerngeschäft, die Herstellung von Flüssigkeitskühlsätzen, konzentrieren. [...] (*). Vorgesehen sind auch Ersatz- und Modernisierungsinvestitionen und eine Verstärkung der FuE-Aktivitäten.
24. Der Investor wird durchschnittlich 45 Vollzeitarbeitsplätze über einen Zeitraum von drei Jahren ab November 1999 beschäftigen. Der Betrieb des Unternehmens wird bis mindestens zum 31. Dezember 2004 fortgeführt.
25. Laut Anmeldung beträgt die Kapazität des Unternehmens seit 1993 80—100 Einheiten an Flüssigkeitskühlsätzen von unterschiedlicher Größe und Leistung. Diese Ausbringungsmenge ist begrenzt durch die Größe, Geometrie und Ausstattung der Montagehalle. Der Umstrukturierungsplan sieht keine Ausweitung der Produktionskapazität vor. Die vorgesehene Umsatzausweitung wird durch eine bessere Auslastung der vorhandenen Kapazitäten möglich (1998 wurden [...] Einheiten hergestellt).
26. Dem Umstrukturierungsplan zufolge wird das Unternehmen 2002 bei einem Umsatzerlös von [...] (*) Mio. DEM einen leichten Jahresüberschuss in Höhe von [...] (*) DEM erzielen. Für 2003 wird ein Umsatz von [...] (*) Mio. DEM und ein Jahresüberschuss von [...] (*) DEM prognostiziert, für 2004 ein Umsatz von [...] (*) Mio. DEM und ein Jahresüberschuss von [...] (*) Mio. DEM.
27. Die prognostizierten Verluste liegen 1999 bei [...] (*) Mio. DEM (Umsatz [...] (*) Mio. DEM) und 2000 bei [...] (*) Mio. DEM (Umsatz [...] (*) Mio.).
28. Die Ilka-neu wurde im Dezember 1997 in Vorbereitung auf die Zweitprivatisierung mit Carrier gegründet. Der Umstrukturierungszeitraum sollte sich vom 1. Dezember 1997 bis 31. Dezember 2001 erstrecken. Wie bereits dargelegt, konnte dieses Projekt nach dem Ende 1998 erfolgten Rückzug von Carrier nicht fortgeführt werden. Der Umstrukturierungszeitraum mit dem gegenwärtigen Investor beginnt am 1.10.1999 und endet am 31. Dezember 2001. Die gesamte Periode seit Ende 1997 wurde als Umstrukturierungszeitraum der ehemaligen Ilka Mafa Kälte-technik angemeldet.
29. Laut Anmeldung gestaltet sich die Finanzierung der Umstrukturierung wie folgt (in Mio. DEM):
30. Öffentliche Mittel für die Ilka-alt (Dipa) bis zum Abschluss der Liquidation:
- | | |
|----------|-------|
| BvS/Land | 6,450 |
|----------|-------|
31. Öffentliche Mittel für die Ilka-neu 1.12.1997—31.12.2001:
- | | |
|------------------------|---------------|
| BvS/Land | 21,748 |
| Beihilfe gesamt | 28,198 |
32. Finanzierung durch den Investor:
- | | |
|----------------------------|------------|
| Kaufpreis | [...] |
| Erhöhung des Stammkapitals | [...] |
| Gesellschafterdarlehen | [...] |
| Gesamt | 8,1 |
33. Laut Anmeldung verzichtet die Belegschaft des Unternehmens im Umstrukturierungszeitraum auf 12,5 % ihres jährlichen Lohns/Gehalts. Daraus ergeben sich 2,760 Mio. DEM, die laut Anmeldung als Beitrag des Investors/der Ilka-neu angesehen werden.
34. Überdies hat die Ilka-neu mit ihrem Betriebsrat vereinbart, dass die Ilka-neu 0,281 Mio. DEM zu den Kosten des neuen Umstrukturierungsplan vorgesehenen Personalabbaus beiträgt. In der Anmeldung wurde diese Summe als Beitrag des Investors/der Ilka-neu angesehen.

(**) Betriebsgeheimnis.

35. Laut Anmeldung beträgt der Finanzbedarf für die Umstrukturierung des Unternehmens im Zeitraum 1. Dezember 1997—31. Dezember 2001 also 39,339 Mio. DEM.
36. Davon entfallen auf die Privatisierung der Ilka-neu an die GEA AG laut Anmeldung 18,160 Mio. DEM (?).
37. Der Investor führt Investitionen und Umstrukturierungsmaßnahmen im Wert von 9,8 Mio. DEM (unter Einbeziehung öffentlicher Mittel) durch. Davon entfallen 2,550 Mio. DEM auf pönalisierte Investitionsmaßnahmen laut Privatisierungsvertrag. Von den sonstigen Umstrukturierungsmaßnahmen in Höhe von 7,250 Mio. DEM sind 3,250 Mio. DEM pönalisiert.
38. Die sozialen Kosten der Privatisierung an die GEA betragen [...] (*) Mio. DEM, während die Verlustdeckung mit [...] (*) Mio. DEM und der Aufbau von working capital mit [...] (*) Mio. DEM veranschlagt werden.
39. Zur Marktinformation ist anzumerken, dass die Ilka-neu Flüssigkeitskühlsätze herstellt und vertreibt. Dabei handelt es um in sich abgeschlossene Systemkomponenten, die durch Wärmeaustausch zwischen einem Primärkreislauf innerhalb des Kühlsatzes und einem Sekundärkreislauf für die indirekte Kühlung von Substanzen über einen Wasserkühlkreislauf eingesetzt werden. Nach Aussage Deutschlands bilden diese einen eigenständigen Markt. Kühlsätze werden in unterschiedlichen kältetechnischen Systemen und Maschinen/Anlagen verwendet.
40. Die Kommission stellt fest, dass Deutschland zum deutschen Markt folgende Marktinformationen vorgelegt hat:
41. Nach Daten der Fachgemeinschaft Allgemeine Lufttechnik hat sich der Umsatz derjenigen Mitgliedsunternehmen, die Kältesätze herstellen (15 Unternehmen), kontinuierlich von 120 Mio. DEM im Jahre 1996 auf 175 Mio. DEM im Jahre 1998 erhöht (Anstieg 1998: 13 %). Für das Jahr 1999 liegen noch keine Absatzzahlen vor, doch wird ein Anstieg von 10 % erwartet, da die Produktion aller klima- und kältetechnischen Erzeugnisse 1999 um 8 % zugenommen hat. Die Produktion von Kühlsätzen stieg 1997 um 29 % und 1998 um 12 % an. Der Stückpreis ging von 21,8 TDM (1997) auf 19,6 TDM (1998) zurück.
42. Von der Produktion der Ilka-neu werden 84 % in Deutschland, 2 % in EU14 und 14 % außerhalb Europas abgesetzt. Der inländische Marktanteil der Ilka-neu lag 1998 bei 6 %.
43. Für den europäischen Markt hat Deutschland die abgesetzten Stückzahlen angegeben, die einen ähnlichen Aufwärtstrend zeigen wie auf dem deutschen Markt (Anstieg von 32 700 Einheiten 1995 auf 49 700 Einheiten 1998, durchschnittliche jährliche Wachstumsrate 15 %). Den abgesetzten Stückzahlen zufolge verfügt die Ilka-neu auf dem europäischen Markt über einen Marktanteil von 0,1 % (1998: [...] (*) Einheiten). Für die nächsten Jahre wird ein kontinuierliches Wachstum der Nachfrage nach Kältesätzen prognostiziert, und selbst unter pessimistischen Erwartungen beträgt der Zuwachs mindestens 5 %. Für die Produktion wird bis 2004 ein jährlicher Anstieg von 3 bis 5 % prognostiziert.
44. Auf dem europäischen Markt dominieren nach Umsatz die Anbieter Trane (21 %) und Carrier (20 %). Deutschland nennt außerdem 28 weitere Wettbewerber auf dem europäischen Markt.

3. Würdigung der Beihilfe

45. Gemäß Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag sind staatliche oder aus staatlichen Mitteln gewährte Beihilfen gleich welcher Art, die durch die Begünstigung bestimmter Unternehmen oder Produktionszweige den Wettbewerb verfälschen oder zu verfälschen drohen, mit dem Gemeinsamen Markt unvereinbar, soweit sie den Handel zwischen Mitgliedstaaten beeinträchtigen. Nach ständiger Rechtsprechung des Europäischen Gerichtshofs ist die Voraussetzung der Handelsbeeinträchtigung erfüllt, wenn das begünstigte Unternehmen einer Wirtschaftstätigkeit nachgeht, die Gegenstand eines Handels zwischen den Mitgliedstaaten ist.
46. Die Kommission stellt fest, dass die angemeldete Beihilfe aus staatlichen Mitteln für ein bestimmtes Unternehmen gewährt wurde, welches durch eine Verringerung der Kosten begünstigt wurde, die es bei der Durchführung des angemeldeten Umstrukturierungsvorhabens normalerweise tragen müsste. Überdies ist der Beihilfeempfänger, die Ilka-neu, ein Unternehmen, das Flüssigkeitskühlsätze entwickelt, herstellt und montiert. Dies sind wirtschaftliche Tätigkeiten, die Gegenstand eines Handels zwischen den Mitgliedstaaten sind. Somit handelt es sich um eine Beihilfe im Sinne von Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag.
47. Das angemeldete Vorhaben betrifft die Umstrukturierung des Unternehmens entsprechend dem vom Investor vorgelegten Umstrukturierungsplan. Der Fall wurde am 27. März 1998 angemeldet. Die Kommission weist darauf hin, dass die Umstrukturierungsbeihilfe für Unternehmen in Schwierigkeiten gemäß den gemeinschaftlichen Leitlinien für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten beurteilt wird.
48. Die Kommission weist darauf hin, dass die derzeit geltenden Leitlinien der Gemeinschaft für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten (nachfolgend „Leitlinien“) am 9. Oktober 1999⁽³⁾ in Kraft traten. Diese Leitlinien finden gemäß Punkt 7.5 dann Anwendung, wenn die Beihilfe oder ein Teil der Beihilfe nach ihrem Inkrafttreten gewährt worden ist. Da ein Teil der Beihilfen für die angemeldete Umstrukturierung der Anmeldung zufolge nach diesem Datum gewährt werden soll, gelten für die angemeldete Umstrukturierung die Leitlinien von 1999.
49. Gemäß Punkt 2.1 der Leitlinien gehören zu den typischen Symptomen eines Unternehmens in Schwierigkeiten eine rückläufige Rentabilität oder zunehmende Verluste, sinkende Umsätze, verminderter Cash-flow sowie eine Abnahme des Reinvermögenswerts. Die Kommission stellt fest, dass sowohl die Ilka-alt als auch die Ilka-neu seit 1994 mit Verlust arbeiten. Im Jahre 1998 betrugen die Verluste 6,687 Mio. DEM. Daher gilt das Unternehmen als Unternehmen in Schwierigkeiten und die Umstrukturierungsbeihilfe wird anhand der Leitlinien beurteilt.

(2) Einschließlich 1,3 Mio. DEM durch Lohnverzicht der Belegschaft.

(3) ABl. C 288 vom 9.10.1999.

50. Die Kommission merkt an, dass Privatisierungen von Unternehmen im offenen Ausschreibungsverfahren durchzuführen sind, um sicherzustellen, dass für die Privatisierung keine Beihilfe gewährt wird. Ansonsten könnte davon ausgegangen werden, dass die Privatisierung unter Zahlung einer staatlichen Beihilfe an den Investor erfolgt. Die Kommission betont, dass sich dieser Beschluss lediglich auf die Umstrukturierung der Ilka-alt und -neu bezieht und Beihilfen an den Erwerber als solchen davon nicht berührt werden.
51. Gemäß Punkt 3.2.2 Buchstabe b) der Leitlinien soll der Umstrukturierungsplan die Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität des Unternehmens innerhalb einer angemessenen Frist auf der Grundlage realistischer Annahmen hinsichtlich seiner künftigen Betriebsbedingungen erlauben. Die Verbesserung der Unternehmenssituation und die Wiederherstellung der Rentabilität müssen vor allem durch unternehmensinterne Maßnahmen herbeigeführt werden, die in dem Umstrukturierungsplan vorgesehen sind; es dürfen nicht nur externe Faktoren wie Preis- und Nachfragesteigerungen berücksichtigt werden, auf die das Unternehmen kaum Einfluss hat.
52. Der Umstrukturierungsplan betrifft zum größten Teil den Ersatz und die Modernisierung von Produktionsanlagen und die Rationalisierung der Verwaltungs- und Vertriebsfunktion. Das Unternehmen wird sich auf die Montage von Kältesätzen konzentrieren, deren Vertrieb über das etablierte Vertriebsnetz des Konzerns erfolgen soll. Durch den gemeinsamen Einkauf im Konzern verringern sich die Materialkosten im Zeitraum 1998—2000 von ca. [...] auf ca. [...] (*) %. Von den Investitions- und Umstrukturierungsmaßnahmen in Höhe von insgesamt 9,8 Mio. DEM entfallen [...] (*) Mio. auf die FuE-Kosten der Entwicklung einer neuen Generation von Flüssigkeitskühlsätzen. Es wird festgestellt, dass diese Faktoren als unternehmensinterne Maßnahmen angesehen werden können.
53. Der Umstrukturierungsplan sieht vor, dass das Unternehmen ab 2002 einen geringen Jahresüberschuss erzielt. Dies wird als angemessene Frist im Sinne der Leitlinien erachtet.
54. Der Investor GEA AG ist ein weltweit tätiges Unternehmen und bereits im Bereich Kältetechnik aktiv. Es verfügt über ausreichende Eigenmittel zur Durchführung des angemeldeten Plans. Da eine enge Zusammenarbeit mit der bereits auf diesem Gebiet tätigen Schwestergesellschaft vorgesehen ist, erscheint die prognostizierte Absatzsteigerung plausibel, stellt man das vorhandene Vertriebsnetz und die etablierten Kundenkontakte des Schwesterunternehmens Grasso RT in Rechnung.
55. Aus diesen Gründen hegt die Kommission keine Zweifel daran, dass der Plan die langfristige Rentabilität des Unternehmens wiederherzustellen vermag.
56. Allerdings weist die Kommission darauf hin, dass sich aus der noch ausstehenden endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH noch einige weitere Forderungen an die ehemalige Ilka Mafa Kältetechnik GmbH ergeben werden können, die zur Finanzierung des gegenwärtigen Umstrukturierungsplans hinzugerechnet werden müssten. Die genaue Höhe dieser Forderungen steht momentan noch nicht fest, wird jedoch der endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 Lintra Beteiligungsholding GmbH zu entnehmen sein. Diese zusätzlichen Forderungen sollten bei der Beurteilung der Fähigkeit des Umstrukturierungsplans zur Sicherstellung der langfristigen Lebensfähigkeit des Unternehmens sowie bei der Beurteilung der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe Berücksichtigung finden.
57. Gemäß Punkt 3.2.3 der Leitlinien dürfen Umstrukturierungsbeihilfen nur einmal gewährt werden. Jedoch besagt Fußnote 25 der Leitlinien, dass Beihilfen, die vor dem 1. Januar 1996 Unternehmen der früheren DDR gewährt wurden und die die Kommission als vereinbar mit dem Gemeinsamen Markt erachtet hat, nicht berücksichtigt werden. Außerdem findet der entsprechende Absatz keine Anwendung auf Beihilfen an solche Unternehmen, die vor dem 31. Dezember 2000 notifiziert wurden.
58. Die Kommission weist darauf hin, daß sich der vorliegende Beschluss lediglich auf die neuen Beihilfen bezieht, die der Ilka-alt und -neu nach dem 1. Januar 1997 gewährt wurden. Wie in den Punkten 3 bis 5 dieses Beschlusses dargelegt, ist die Beihilfe für die Erstprivatisierung des Unternehmens Gegenstand der Entscheidung der Kommission im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH.
59. Den Leitlinien zufolge darf die Beihilfe nicht zu unzumutbaren Wettbewerbsverfälschungen führen. Laut Punkt 3.2.2 Buchstabe c) der Leitlinien ist davon auszugehen, dass sich keine übermäßige Wettbewerbsverzerrung ergibt, wenn der relevante Markt auf Gemeinschaftsebene einschließlich des EWR unbedeutend ist. Bestehen auf der Ebene der Gemeinschaft oder des EWR strukturelle Überkapazitäten auf einem Markt, auf dem der Beihilfeempfänger tätig ist, so muss der Umstrukturierungsplan den Leitlinien zufolge einen Kapazitätsabbau im betreffenden Unternehmen vorsehen. Bestehen auf dem relevanten Markt keine strukturellen Überkapazitäten, prüft die Kommission dennoch, ob nicht Gegenleistungen verlangt werden sollten. Bei der Prüfung der erforderlichen Gegenleistungen trägt die Kommission der Marktlage und insbesondere dem Marktwachstum und dem Grad der Nachfragedeckung Rechnung.
60. Der Umstrukturierungsplan sieht keine Ausweitung der vorhandenen Kapazitäten vor, die die Produktion von 80 bis 100 Einheiten pro Jahr ermöglichen. Andererseits sieht er auch keine Stilllegung vorhandener Kapazitäten vor. In der Anmeldung wird allerdings erklärt, dass mit der Übertragung des operativen Geschäfts von der Ilka-alt auf die Ilka-neu im Dezember 1997 23 680 Fertigungsstunden pro Jahr abgebaut wurden, da der Bereich Anlagenbau aufgegeben und die 18 Mitarbeiter dieses Bereichs nicht in die neue Gesellschaft übernommen wurden.
61. Nach Auskunft Deutschlands setzt die Ilka-neu 84 % ihrer Produktion in Deutschland, 2 % in EU14 und 14 % außerhalb Europas ab. Im Jahre 1998 betrug der Marktanteil der Ilka-neu im Inland 6 %.

62. Im Hinblick auf den europäischen Markt nennt Deutschland die abgesetzten Stückzahlen, die von 32 700 Einheiten im Jahre 1995 auf 49 700 Einheiten im Jahre 1998 anstiegen, was einer durchschnittlichen jährlichen Zunahme von 15 % entspricht. Den abgesetzten Einheiten zufolge (1998: [...] Einheiten) verfügt die Ilka-neu auf dem europäischen Markt über einen Marktanteil von 0,1 %. Für die nächsten Jahre wird ein kontinuierliches Wachstum der Nachfrage prognostiziert, und selbst unter pessimistischen Erwartungen beträgt die Zuwachsrate mindestens 5 %. Im Fertigungsbereich wird bis 2004 ein jährlicher Anstieg von 3 bis 5 % vorausgesagt.
63. Nach den der Kommission vorliegenden Informationen scheinen auf dem europäischen Markt für Kältetechnik keine Überkapazitäten zu bestehen. Die Ausbringungsmenge zeigt im gesamten Sektor einen langfristigen Aufwärtstrend. Allerdings stehen die westeuropäischen Hersteller unter starkem Preisdruck, da die Einfuhr fernöstlicher Markenprodukte auf dem europäischen Markt zunimmt. Im Gesamtsektor war zwischen 1995 und 1998 ein jahresdurchschnittlicher Rückgang der Verkaufspreise um real 2,25 TDM zu verzeichnen. Im globalen Wettbewerb in diesem Sektor hat die EU einen besonders starken Wettbewerbsnachteil.
64. Nach Angaben des Branchenverbandes Eurovent/CECOMAF stehen die Aussichten für 2000 und 2001 gut, da die Marktbedingungen in Westeuropa unverändert bleiben.
65. Auf dem europäischen Markt dominieren nach Umsatz die Anbieter Trane (21 %) und Carrier (20 %). Deutschland nennt überdies 28 weitere Wettbewerber auf dem europäischen Markt. Zum Geschäftsbereich Kältetechnik der GEA AG gehören die Unternehmen Grasso, Greco und Frigo-france. Keines von ihnen erscheint auf der Liste der Unternehmen, deren Marktanteil in den drei aufgeführten Marktsegmenten 2 % oder mehr beträgt.
66. Folglich kann der Marktanteil von 0,1 %, den die Ilka-neu auf europäischer Ebene innehat, als unbedeutend im Sinne der Leitlinien angesehen werden. Da die anderen Schwesterunternehmen in diesem Sektor hier ebenfalls unter 2 % liegen, scheint auch auf Konzernebene nur ein geringer Marktanteil zu bestehen. Wie den der Kommission vorliegenden Informationen überdies zu entnehmen ist, bestehen in dem Sektor keine Überkapazitäten, und seine Zukunftsaussichten sind angesichts des erwarteten Anstiegs von Nachfrage (5 %) und Produktion (3—5 %) positiv zu werten.
67. Aus diesen Gründen ist die Kommission der Auffassung, dass die Beihilfe keine unzumutbare Wettbewerbsverfälschung im Sinne der Leitlinien hervorruft.
68. Den Leitlinien zufolge muss die Beihilfe zu den Kosten und Nutzen der Umstrukturierung im Verhältnis stehen. Punkt 3.2.2 Buchstabe d) der Leitlinien besagt, dass sich die Beihilfe auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränken und in einem Verhältnis zu dem aus Gemeinschaftssicht erwarteten Nutzen stehen muss. Die Beihilfeempfänger müssen aus eigenen Mitteln einen bedeutenden Beitrag zum Umstrukturierungsplan leisten. Die Beihilfe darf nicht zur Finanzierung von Neuinvestitionen verwendet werden, die für die Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität nicht unbedingt notwendig sind.
69. Die Kommission nimmt zur Kenntnis, dass die Ilka-alt in Liquidation bis zum Abschluss der Liquidation weiterfinanziert werden soll. Daher wird die in diesem Zusammenhang an die Ilka-alt gezahlte Beihilfe als Umstrukturierungsbeihilfe für die Privatisierung der Ilka-neu angesehen und bei der Beurteilung der Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt in den Gesamtbetrag dieser Beihilfe einbezogen.
70. Laut Anmeldung beläuft sich der öffentliche Beitrag zur Umstrukturierung auf insgesamt 28,198 Mio. DEM. Der Investor/die Ilka-neu tragen 8,381 Mio. DEM bei. In der Anmeldung werden in die Finanzierung des Umstrukturierungsplans auch die 2,760 Mio. DEM einbezogen, die sich aus dem Lohnverzicht der Arbeitnehmer während des Umstrukturierungszeitraums ergeben. Demnach liegen die Gesamtkosten des Vorhabens anmeldungsgemäß bei 39,339 Mio. DEM.
71. Die Kommission weist darauf hin, daß die 2,760 Mio. DEM, die sich aus den verringerten Lohnkosten während der Umstrukturierungsperiode ergeben, weder als Beitrag des Investors noch als öffentliche Finanzierung angesehen werden. Somit gelten sie nicht als Bestandteil der Finanzierung des notifizierten Umstrukturierungsplans. Folglich wird die Kommission diesen Betrag bei der Berechnung der Gesamtkosten der Umstrukturierung nicht berücksichtigen.
72. Nach den der Kommission vorliegenden Informationen sind die Gesamtkosten der angemeldeten Umstrukturierung mit 36,579 Mio. DEM zu veranschlagen. Der Anteil der öffentlichen Finanzierung läge bei 28,198 Mio. DEM, was 77 % der Gesamtkosten entspricht. Der Beitrag des Investors beläuft sich auf 8,381 Mio. DEM bzw. 23 % der Gesamtkosten. Daher hegt die Kommission einige Zweifel daran, dass sich die Beihilfe auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränkt und der Beitrag des Investors als bedeutend gelten kann, wie die Leitlinien es vorschreiben.
73. Darüber hinaus stellt die Kommission fest, dass von den 9,8 Mio. DEM, mit denen der Investor laut Umstrukturierungsplan Investitionen und Umstrukturierungsmaßnahmen vornehmen soll, insgesamt 1,1 Mio. DEM für den Aufbau von Vertriebsbüros in Skandinavien und Japan und für den Aufbau des Vertriebsnetzes in Südamerika verwendet werden sollen. Da die Vertriebsfunktionen der Ilka-neu vom Schwesterunternehmen Grasso RT übernommen werden, hat die Kommission einige Zweifel daran, dass der Teil der Beihilfe, der mit diesen Investitionen gebunden ist, wirklich der Ilka-neu gewährt worden ist, dass diese Investitionen für die Wiederherstellung der Rentabilität des Unternehmens unbedingt notwendig sind und dass sich die Beihilfe auf das notwendige Mindestmaß beschränkt.

74. Ferner erinnert sich die Kommission zusätzlich zu den bisherigen Ausführungen daran, dass sich aus der noch ausstehenden endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH noch einige weitere Forderungen an die ehemalige Ilka Mafa Kälte-technik GmbH ergeben werden können, die der Finanzierung des gegenwärtigen Umstrukturierungsplans zugerechnet werden müssten. Die genaue Höhe dieser Forderungen steht momentan noch nicht fest, wird jedoch der endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 Lintra Beteiligungsholding GmbH zu entnehmen sein. Diese zusätzlichen Forderungen sollten bei der Beurteilung der Fähigkeit des Umstrukturierungsplans zur Sicherstellung der langfristigen Lebensfähigkeit des Unternehmens sowie bei der Beurteilung der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe Berücksichtigung finden.
75. In Anbetracht der obigen Ausführungen hegen wir ernste Zweifel daran, dass die Voraussetzung der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe erfüllt wird, zumal diese allein schon durch den geringen Beitrag des Investors zu dem angemeldeten Plan in Frage gestellt ist.
- 4. Schlussfolgerung**
76. Somit hat die Kommission aus den oben dargelegten Gründen Zweifel daran, dass die Beihilfe im Verhältnis zu den Kosten und Nutzen der Umstrukturierung steht. Die Kommission behält sich auch die Beurteilung der Fähigkeit des Umstrukturierungsplans zur Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität des betreffenden Unternehmens vor, über die entschieden werden soll, wenn die zusätzlichen Forderungen, die sich aus der noch ausstehenden endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH festgelegt und beurteilt worden sind.
77. Aus diesen Gründen fordert die Kommission Deutschland auf, gemäß Artikel 10 Absatz 3 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates vom 22. März 1999 über besondere Vorschriften für die Anwendung von Artikel 93 des EG-Vertrags⁽⁴⁾, ihr innerhalb eines Monats nach Eingang dieses Schreibens alle zur Beurteilung der Vereinbarkeit der Beihilfe/Maßnahme sachdienlichen Unterlagen, Angaben und Daten zu übermitteln. Anderenfalls wird die Kommission eine Entscheidung auf der Grundlage der ihr vorliegenden Elemente erlassen. Sie bittet die deutschen Behörden, dem etwaigen Empfänger der Beihilfe unmittelbar eine Kopie dieses Schreibens zuzuleiten.
78. Die Kommission erinnert Deutschland an die Sperrwirkung des Artikels 88 Absatz 3 EG-Vertrag und verweist auf Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, wonach alle rechtswidrigen Beihilfen von den Empfängern zurückgefordert werden können.»

⁽⁴⁾ ABl. L 83 vom 27.3.1999, S. 1.

AUXÍLIO ESTATAL**Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 39/2000 (ex NN 126/99) — Reestruturação da LandTechnik Schönebeck GmbH**

(2000/C 278/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 1 de Agosto de 2000, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Alemanha a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção H-1
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 296 95 79.

Estas observações serão comunicadas à Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO

Por carta de 5 de Outubro de 1999, as autoridades alemãs notificaram à Comissão o auxílio à reestruturação para a segunda privatização da LandTechnik Schönebeck GmbH (a seguir denominada LTS).

A LTS pertence a um grupo de oito antigas empresas da Alemanha de Leste que foram objecto de uma primeira privatização em 1994, tendo constituído a EFBE Verwaltungs GmbH & Co. Management KG, actualmente Lintra Beteiligungs-holding GmbH. Uma vez que parte do auxílio já foi pago, o processo foi registado como auxílio NN. A presente decisão refere-se exclusivamente ao novo auxílio concedido à LTS a partir de 1 de Janeiro de 1997, dado que o processo relativo à Lintra Beteiligungsholding GmbH se encontra pendente sob o número C 41/99.

A notificação refere-se à privatização da «LTS-neu» (Doppstadt GmbH), empresa que retomou as actividades («Auffanggesellschaft») da antiga LandTechnik Schönebeck GmbH (LTS-alt) e da sua filial a 100 %, a GS Fahrzeug- und Systemtechnik GmbH (GS-alt). A empresa localiza-se em Schönebeck, Saxónia-Anhalt. No final de 1999, a LTS-neu possuía 253 trabalhadores.

A actividade da LTS-alt era o desenvolvimento, produção e distribuição de veículos, máquinas, instalações e ferramentas de todos os tipos, especialmente para fins agrícolas. A actividade da GS-alt era a construção, desenvolvimento, produção e distribuição de componentes de sistemas de todos os tipos, especialmente peças utilizadas na construção de veículos automóveis, maquinaria agrícola, de estaleiro e na construção de várias máquinas e instalações.

O investidor, Ferdinand Doppstadt, dirige um grupo de sete empresas que exercem a sua actividade no sector dos veículos, serviços e distribuição no estrangeiro. As empresas de F. Doppstadt empregam no total 38 trabalhadores.

O período de reestruturação vai de Maio de 1999 a 31 de Dezembro de 2002. Em 1999 (10 de Maio a 31 de Dezembro de 1999), o volume de negócios da LTS-neu era de 16,4 milhões de marcos alemães (DEM).

O objectivo do investidor é a conclusão e a extensão orientada da gama de produtos. Um elemento fundamental do projecto de reestruturação é a utilização de sinergias do grupo de empresas Doppstadt através da comercialização da gama de veículos com a marca Doppstadt. A futura estratégia prevê a concentração das actividades a nível dos municípios e o posicionamento da Doppstadt GmbH como fornecedor de uma gama completa de veículos transportadores.

Até 31 de Dezembro de 2002, o investidor realizará investimentos e medidas de reestruturação que incluem financiamento público de pelo menos 77,460 milhões DEM. Dos investimentos totais de 52,910 milhões DEM, o investidor financiará 13,522 milhões. Os investimentos destinam-se sobretudo à substituição da maquinaria e equipamento obsoletos, ao aumento da qualidade e flexibilidade do processo de produção e ao garante do cumprimento das normas ambientais.

De acordo com a notificação, o custo total da reestruturação será de 122,897 milhões DEM, dos quais 76,468 milhões seriam financiados pelo auxílio, 40,959 milhões pelo investidor e 5,5 milhões pela contribuição dos trabalhadores.

De acordo com o n.º 1, do artigo 87.º do Tratado CE, são incompatíveis com o mercado comum, na medida em que afectem as trocas comerciais entre os Estados-Membros, os auxílios concedidos pelos estados ou provenientes de recursos estatais, independentemente da forma que assumam, que falseiam ou ameacem falsear a concorrência, favorecendo certas empresas ou certas produções. De acordo com a jurisprudência do Tribunal de Justiça, as trocas comerciais são afectadas se a empresa beneficiária desenvolver uma actividade económica que implique trocas comerciais com os Estados-Membros.

A Comissão verifica que o auxílio notificado provém de recursos estatais concedidos a uma empresa individual favorecendo-a ao reduzir os custos que teria normalmente de suportar para empreender o projecto de reestruturação notificado. Além disso, o beneficiário do auxílio, a LTS-neu, actualmente Doppstadt GmbH, é uma empresa cuja actividade abrange o desenvolvimento, produção e distribuição de veículos especiais e de transporte, bem como componentes de sistemas, isto é, actividades económicas que implicam trocas comerciais entre os Estados-Membros. Por conseguinte, o auxílio em questão é abrangido pelo âmbito de aplicação do n.º 1, do artigo 87.º do Tratado CE.

O projecto notificado refere-se à reestruturação da empresa de acordo com o plano apresentado pelo investidor. O auxílio foi notificado em 5 de Outubro de 1999. A Comissão refere que o auxílio à reestruturação a favor de empresas em dificuldade é avaliado de acordo com as orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade⁽¹⁾ (a seguir denominadas «as orientações»).

De acordo com o ponto 3.2.2, alínea i) das orientações, o plano da reestruturação deve restabelecer num prazo razoável a viabilidade a longo prazo da empresa, com base em hipóteses realistas no que diz respeito às suas condições futuras de exploração. A melhoria da empresa e o restabelecimento da sua viabilidade devem resultar principalmente de medidas internas previstas pelo plano da reestruturação e não podem assentar exclusivamente em factores externos como os aumentos de preços e da procura sobre os quais a empresa não tem grande influência.

A Comissão regista que as informações comerciais prestadas pela Alemanha referem-se sobretudo ao mercado alemão e às perspectivas dos produtos Doppstadt Trac neste mercado. Não foram fornecidas informações pormenorizadas sobre a estrutura e os agentes do mercado europeu. Além disso, as informações apresentadas não indicam claramente qual o mercado do produto relevante. Os documentos apresentados referem simultaneamente o mercado dos veículos transportadores, o mercado dos veículos especiais e o mercado específico de *tracs*. A Comissão refere ainda que as informações fornecidas pela Alemanha não indicam a existência de excesso de capacidade nos mercados relevantes e qual a evolução prevista dos preços para os próximos anos nestes mercados.

⁽¹⁾ JO C 368 de 23.12.1994, p. 12. As novas orientações de 1999 relativas a estes auxílios entraram em vigor em 9 de Outubro de 1999 e, por conseguinte, não se aplicam ao auxílio notificado.

Por conseguinte, a Comissão verifica que as informações de que dispõe sobre os mercados relevantes não são suficientes para permitir concluir que os objectivos a nível de vendas que determinam a viabilidade a longo prazo do plano da reestruturação se baseiam em hipóteses realistas e plausíveis. A Comissão refere ainda que o investidor não parece assegurar a viabilidade da LTS através dos seus recursos próprios. Por estes motivos, a Comissão tem algumas dúvidas sobre a capacidade do plano de reestruturação em garantir a viabilidade a longo prazo da empresa.

De acordo com as orientações, o auxílio deve ser proporcional aos custos e benefícios da reestruturação. O ponto 3.2.2, alínea iii) das orientações estabelece que o auxílio deve ser limitado ao mínimo rigorosamente necessário para permitir a reestruturação e deve ser proporcional aos benefícios previstos do ponto de vista comunitário. Os beneficiários do auxílio devem contribuir de maneira significativa com recursos próprios para o plano de reestruturação.

Tendo em conta algumas medidas preparatórias tomadas pelas autoridades públicas antes da segunda privatização e que não estavam incluídas no financiamento do projecto de reestruturação notificado, considera-se que o custo total da reestruturação notificada é de 146,058 milhões DEM, de acordo com as informações de que a Comissão dispõe. A parte do financiamento público seria de 105,099 milhões DEM, correspondente a 72 % dos custos totais. A contribuição do investidor seria de 40,959 milhões DEM, correspondente a 28 % dos custos totais. Por conseguinte, a Comissão tem algumas dúvidas quanto ao facto de o auxílio se limitar ao mínimo rigorosamente necessário para permitir a reestruturação da empresa e de a contribuição do investidor poder ser considerada significativa tal como previsto nas orientações.

A Comissão observa igualmente que a reestruturação prevista se centra sobretudo nos investimentos. Das medidas de reestruturação num total de 77,460 milhões DEM, 52,910 milhões (69 %) corresponderiam a investimentos. Estes visam principalmente a substituição do equipamento obsoleto, alterando completamente a configuração das linhas de produção e dos processos de fabrico. Da apresentação do plano pelos representantes da empresa, em 9 de Fevereiro de 2000, depreende-se que só uma parte das instalações existentes não seria substituída, ou seja, os edifícios propriamente ditos. Estes elementos indicam que o investimento tem sobretudo o carácter de um novo investimento em vez de uma reestruturação, caso em que se aplicaria o limite máximo regional.

Para além do atrás exposto, a Comissão refere igualmente que a decisão final sobre o processo C 41/99 referente à Lintra Beteiligungsholding GmbH poderia impor algumas responsabilidades suplementares à LTS que devem ser aditadas aos custos do actual plano de reestruturação. O montante exacto destas responsabilidades não está ainda definido, mas sê-lo-á na decisão final relativa ao processo C 41/99 Lintra Beteiligungsholding GmbH. Estas responsabilidades suplementares devem ser tidas em conta na avaliação da proporcionalidade do auxílio.

Por conseguinte, em virtude do atrás exposto, a Comissão tem dúvidas acerca da capacidade do plano de reestruturação em restabelecer a viabilidade da empresa em questão a longo prazo e da proporcionalidade do auxílio relativamente aos benefícios e custos da reestruturação.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento CE n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

TEXTO DA CARTA

«Die Kommission teilt Deutschland mit, dass sie nach Prüfung der von den deutschen Behörden übermittelten Angaben über die vorerwähnte Beihilfe/Maßnahme beschlossen hat, das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag einzuleiten.

1. Verfahren

1. Mit Schreiben vom 5. Oktober 1999 setzten die deutschen Behörden die Kommission gemäß Artikel 88 Absatz 3 EG-Vertrag von der Umstrukturierungsbeihilfe für die Zweitprivatisierung der LandTechnik Schönebeck GmbH (im folgenden „LTS“) in Kenntnis. Mit Schreiben vom 9. November 1999 und 18. Februar 2000 forderte die Kommission von Deutschland zusätzliche Auskünfte an. Deutschland antwortete mit Schreiben vom 15. Dezember 1999 und 5. April 2000.
2. Am 9. Februar 2000 fand in Brüssel eine Zusammenkunft mit den deutschen Behörden und den Vertretern des Unternehmens sowie des Investors statt.
3. Die LTS gehört zu einer Gruppe von acht früheren ost-deutschen Unternehmen, aus denen bei der Erstprivatisierung im Jahr 1994 die EFBE Verwaltungs GmbH & Co. Management KG, jetzt Lintra Beteiligungsholding GmbH, hervorging. Da das ursprüngliche Privatisierungskonzept im Dezember 1996 scheiterte, beschloss die Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben (BvS) im Januar 1997, die Umstrukturierung der potentiell lebensfähigen Lintra-Tochtergesellschaften fortzusetzen, um diese Unternehmen auf einen Wiederverkauf vorzubereiten. Da ein Teil der Beihilfe bereits ausgezahlt wurde, wird der Fall als NN-Fall registriert.
4. Der Fall der Lintra-Beteiligungsholding GmbH ist unter der Nummer C 41/99 anhängig. Folglich wird die Beihilfe, die an die LTS über die Lintra Beteiligungsholding GmbH ausgezahlt wurde, im Zusammenhang mit dem Fall C 41/99 der Lintra Beteiligungsholding GmbH behandelt.
5. Der vorliegende Beschluss betrifft neue Beihilfen, die ab 1. Januar 1997 an die LTS gezahlt wurden.

2. Ausführliche Beschreibung der Beihilfe

2.1 Die Entwicklung des Falles bis zur Zweitprivatisierung

6. Der VEB Traktorenwerk Schönebeck war in der früheren DDR der alleinige Produzent von Traktoren. Er gehörte zum Kombinat Fortschritt Landmaschinen. Zum 1. Juli

1990 wurde die LandTechnik AG gegründet und die Traktorenproduktion eingestellt.

7. Am 5. November 1993 wurde das Unternehmen in eine GmbH umgewandelt und in LandTechnik Schlüter GmbH umbenannt. Mit Vertrag vom 25.11.1995 wurde das Unternehmen an die Lintra-Gruppe privatisiert. Am 31.5.1995 erfolgte die Umfirmierung in LandTechnik Schönebeck GmbH. Am 1. Januar 1996 wurde die GS Fahrzeug- und Systemtechnik GmbH (GS) als hundertprozentige Tochterunternehmen gegründet.
8. Die Ertragslage der LTS/GS-alt war schlecht. Im Zeitraum 1995—1998 wurden folgende Ergebnisse erzielt:
 - 1995: Umsatzerlöse 62,1 Mio. DEM, Verluste 26,2 Mio. DEM;
 - 1996: Umsatzerlöse 40,9 Mio. DEM, Verluste 43,6 Mio. DEM;
 - 1997: Umsatzerlöse 40,2 Mio. DEM, Verluste 7,4 Mio. DEM;
 - 1998: Umsatz 45,9 Mio. DEM, Verluste 16,2 Mio. DEM.

Die Fahrzeugproduktion bei LTS-alt wurde Ende 1998 eingestellt.

2.2 Die Zweitprivatisierung

9. Die Anmeldung betrifft die Privatisierung der sogenannten LTS-neu (Doppstadt GmbH), die als Auffanggesellschaft aus der ehemaligen LandTechnik Schönebeck GmbH (LTS-alt) und ihrer hundertprozentigen Tochtergesellschaft GS Fahrzeug- und Systemtechnik GmbH (GS-alt) hervorging.
10. Das Unternehmen ist in Schönebeck, Sachsen-Anhalt, ansässig. Die LTS-neu hatte Ende 1999 253 Beschäftigte.
11. Gegenstand der LTS-alt war die Entwicklung, die Herstellung und der Vertrieb von Fahrzeugen, Maschinen, Anlagen und Werkzeugen aller Art, insbesondere zur Verwendung in der Landwirtschaft. Gegenstand der GS-alt war die Konstruktion, die Entwicklung, die Herstellung und der Vertrieb von Systemkomponenten aller Art, insbesondere zur Verwendung im Automobil- und Fahrzeugbau, in der Bau- und Landmaschinenindustrie sowie im Maschinen- und Anlagenbau.
12. Die Zweitprivatisierung wurde Anfang 1999 auf der Grundlage einer offenen Ausschreibung durchgeführt. Es gab 21 interessierte Unternehmen. Herr Ferdinand Doppstadt ging als bester Bieter aus den Verhandlungen mit den Interessenten hervor.
13. Die Zweitprivatisierung wurde wie folgt durchgeführt:
 - Zum 26. April 1999 erging der Liquidationsbeschluss über die alten Unternehmen LTS- und GS-alt.

- Die BvS ⁽²⁾ erwarb die LTS/GS-alt am 6. Mai 1999 von Lintra für 1 DEM (Ausübung der ihr zustehenden Option gegenüber Lintra zur Durchführung der Zweitprivatisierung der Lintra-Unternehmen).
- Zum 10. Mai 1999 wurde das operative Geschäft des Unternehmens an die LTS-neu übertragen. Das Stammkapital der neuen Gesellschaft betrug 50 000 DEM. Mit gleichem Datum wurde die LTS-neu auf Herrn Ferdinand Doppstadt übertragen. Das Unternehmen wurde in Doppstadt GmbH umbenannt. Der Kaufpreis betrug 50 000 DEM.
14. Zur Vorbereitung der Zweitprivatisierung wurden von der BvS folgende Maßnahmen durchgeführt:
- Um die drohende Illiquidität der LTS/GS-alt bis zum Abschluß der Verhandlungen über die Zweitprivatisierung abzuwenden, erwarb die BvS im März 1999 von der LTS-GS-alt Grundstücke und Gebäude zum Verkehrswert von 5,1 Mio. DEM.
- Die neugegründete Gesellschaft LTS-neu wurde mit den betriebsnotwendigen Vermögensgegenständen der LTS-alt und GS-alt zu einem Verkehrswert von 13 Mio. DEM ausgestattet. In diesem Zusammenhang wurde der Kaufvertrag über die Grundstücke und Gebäude, die die BvS für 5,1 Mio. DEM erworben hatte, rückabgewickelt. Nach Aussage Deutschlands erfolgt die Rückführung der 5,1 Mio. DEM an die BvS aus dem Liquidationserlös.

2.3 Der Umstrukturierungsplan

15. Der Investor Ferdinand Doppstadt ist operativer Leiter einer Gruppe von sieben Unternehmen, die im Bereich Fahrzeuge, Kundendienst und Auslandsvertrieb tätig sind. In den Unternehmen von F. Doppstadt sind insgesamt 38 Arbeitnehmer beschäftigt.
16. Ferdinand Doppstadts Vater Werner Doppstadt hat Unternehmen in Velbert, Calbe und Rott am Inn ⁽³⁾. Die LTS-neu geht als Doppstadt GmbH in die Doppstadt-Unternehmensgruppe ein. Die Doppstadt-Unternehmensgruppe produziert Umwelttechnik, Systemkomponenten, landwirtschaftliche Maschinen und Geräte, Spezial- und Trägerfahrzeuge sowie Fördertechnik und verfügt über ein Vertriebsnetz.
17. Der Umstrukturierungszeitraum begann im Mai 1999 und endet am 31.12.2002. Im Jahre 1999 (10.5.—31.12.1999) belief sich der Umsatz der LTS-neu auf 16,4 Mio. DEM.
18. Laut Anmeldung gestaltet sich die Finanzierung des neuen Plans wie folgt (in Mio. DEM):
19. Öffentliche Mittel:
- | | |
|------|--------|
| BvS | 26,428 |
| Land | 23,555 |

GA-Mittel	15,873
Investitionszulagen	10,582
Gesamt	76,438

Finanzierung durch den Investor:

Investitionen	13,522
Umstrukturierungsmaßnahmen	27,437
Gesamt	40,959
	117,397

20. Laut Anmeldung haben die Mitarbeiter des Unternehmens zugestimmt, lediglich ein Grundgehalt zu beziehen und Lohnverzicht zu üben. Dadurch sinken die Personalkosten während des Umstrukturierungszeitraums vom Mai 1999 bis zum 31.12.2002 um 11,2 % bzw. 5,5 Mio. DEM.
21. Demnach würde sich laut Anmeldung der Finanzbedarf für die Umstrukturierung des Unternehmens auf insgesamt 122,897 Mio. DEM belaufen.
22. Der Investor führt bis zum 31.12.2002 Investitionen und Umstrukturierungsmaßnahmen im Wert von mindestens 77,460 Mio. DEM (unter Einbeziehung öffentlicher Mittel) durch. Von den Investitionen in einer Gesamthöhe von 52,910 Mio. DEM finanziert der Investor 13,522 Mio. DEM. Die Investitionen haben vor allem den Ersatz veralteter Maschinen und Werkzeuge, die Steigerung der Qualität und Flexibilität des Produktionsprozesses und die Einhaltung von Umweltnormen zum Ziel.
23. Der Investor erhöht das Stammkapital der Gesellschaft bis zum 31.12.2002 auf 20 Mio. DEM und stattete die Gesellschaft mit dem notwendigen Betriebskapital von mindestens 27,437 Mio. DEM aus.
24. Der Investor übernimmt 190 Arbeitnehmer und stellt 20 zusätzliche Arbeitnehmer ein, so dass im Durchschnitt 200 Arbeitnehmer für fünf Jahre beschäftigt werden. Nach diesem Zeitraum setzt er die Produktion von Systemträgerfahrzeugen und sonstiger Landwirtschafts- und Umwelttechnik für mindestens drei Jahre fort.
25. Ziel des Investors ist die Vervollständigung und systematische Ausweitung der Produktpalette. Ein wesentliches Element des Umstrukturierungsplans ist die Nutzung der Synergien der Doppstadt-Unternehmensgruppe durch den Vertrieb der Fahrzeugauswahl unter dem etablierten Markennamen Doppstadt. Die künftige Strategie sieht eine Konzentration auf den Kommunalbereich und eine Positionierung der Doppstadt GmbH als Anbieter eines kompletten Satzes von Trägerfahrzeugen vor.
26. Ferner sollen nach dem neuen Plan bis zu 25 % der Produktionskapazitäten für die Ausführung von Unteraufträgen der Doppstadt Calbe GmbH genutzt werden. Die Nutzung der übrigen Kapazitäten soll durch die Herstellung von LTS-Fahrzeugen in der jetzigen und in weiterentwickelten Versionen sowie von neuen Produkten sichergestellt werden. Ferner wird in der Anmeldung erklärt, dass 25 % des künftigen Umsatzes über die Verlagerung der Fertigung aus den in Velbert und Calbe ansässigen Unternehmen realisiert werden sollen.

⁽²⁾ Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben.

⁽³⁾ W. Doppstadt-Umwelttechnik GmbH, DVG Doppstadt-Vertriebsgesellschaft mbH (Velbert); Doppstadt Calbe GmbH (Calbe); DVG-Süd (Rott am Inn).

27. Der Vertrieb der Produkte soll mit Unterstützung der DVG Doppstadt Vertriebsgesellschaft GmbH unter Nutzung des vorhandenen Vertriebsnetzes in Deutschland und im Ausland erfolgen. In einigen Ländern ist Doppstadt durch Händler/Importeure vertreten. Seit Mai 1999 wurden mit [...] (*) Händlern Verträge für [...] (*) Gebiete unterzeichnet. Für das Jahr 2000 ist eine Zusammenarbeit mit [...] (*) Händlern in ganz Europa geplant. Es wird mit einem Absatzvolumen von mindestens [...] (*) Einheiten des Hauptprodukts — des Spezialträgerfahrzeugs TRAC — gerechnet, und bis zum Ende der Umstrukturierung wird eine jährliche Absatzsteigerung in Höhe von [...] (*) % prognostiziert.
28. Der Absatz von LTS-neu teilt sich wie folgt auf: Deutschland 40 %, Europa 48 %, Drittländer 12 %.
29. Laut Anmeldung befinden sich in Europa 130 000 Trägerfahrzeuge in Betrieb (davon 30 000 allein in Deutschland). Bei einer angenommenen Lebensdauer von durchschnittlich 10 Jahren ergibt sich für Europa ein jährlicher Bedarf an 13 000 neuen Trägerfahrzeugen unterschiedlicher Leistungsklassen. Ausgehend von diesen Zahlen betrug der Marktanteil der LTS-alt auf dem europäischen Markt für Trägerfahrzeuge 1993—1998 zwischen 0,1 und 0,9 % und lag 1998 bei 0,4 %. Das erwartete Absatzvolumen von [...] (*) Fahrzeugen pro Jahr entspräche einem Marktanteil von [...] (*) %.
30. Den von Deutschland übermittelten Informationen zufolge wird in den kommenden Jahren mit einer Zunahme des Marktes für Trägerfahrzeuge gerechnet. Nach Aussage Deutschlands können die in der EU vorhandenen Produktionskapazitäten nicht quantifiziert werden, da das hierfür notwendige Zahlenmaterial nicht ermittelbar ist. Deutschland erklärt jedoch, dass nach den vorhandenen Informationen auf dem relevanten Markt für Trägerfahrzeuge keine strukturellen Überkapazitäten existieren.
31. Der Umstrukturierungsplan sieht für das Unternehmen 2002 einen Jahresüberschuss von [...] (*) Mio. DEM und 2003 von [...] (*) Mio. DEM vor.
32. Laut Anmeldung beläuft sich die vorhandene Kapazität auf 3 000 Fertigungseinheiten pro Jahr. Bis Ende 1998 waren nur 7,8 % der Kapazitäten ausgelastet. Der Umstrukturierungsplan sieht eine Reduzierung der Kapazitäten auf 1 500 Einheiten vor (Abbau um 50 %).
- 2.4 Öffentliche Finanzierung vor der Zweitprivatisierung**
33. Zusätzlich zu den obigen Ausführungen zur Finanzierung des mitgeteilten Umstrukturierungsplans ist Folgendes anzumerken:
34. Nach Aussage Deutschlands erwarb die BvS von der LTS im Jahr 1991 Forderungen, so dass eine Auskehrverpflichtung der LTS gegenüber der BvS bestanden hätte. Im Jahresabschluss 1998 der LTS-alt wurden 10,561 Mio. DEM dieser Verbindlichkeiten gegenüber der BvS ausgebucht.
- Deutschland erklärt, dass die BvS bereits 1993 schriftlich auf diese Forderungen verzichtet hat. Aufgrund der Unklarheit bei der LTS-alt wurden jedoch bis 1997 entsprechende Rückstellungen gebucht. Im Rahmen des Jahresabschlusses 1998 wurden diese Rückstellungen aufgelöst.
35. Ferner erklärt Deutschland, dass der Jahresabschluss 1998 dahin gehend korrigiert wird, dass die Auskehrverpflichtung gegenüber der BvS in Höhe von 10,561 Mio. DEM wieder eingebucht wird. Daraus ergibt sich für die LTS-alt in Liquidation eine entsprechende Verbindlichkeit gegenüber der BvS, die aus dem Liquidationserlös beglichen werden muss.
36. Die THA gewährte eine Ausfallbürgschaft für einen Kredit über 10 Mio. DEM, den die LTS 1992 bei der Deutschen Bank AG aufnahm. Die Deutsche Bank forderte die LTS/GS-alt zum 9. Januar 1998 auf, den noch offenen Kreditbetrag zu tilgen. Im Frühjahr 1998 zahlte die BvS der Deutschen Bank einen Betrag in Höhe von 4,344 Mio. DEM. Im Frühjahr 1999 verzichtete die BvS auf die Durchsetzung ihrer Bürgenregressforderung gegenüber der LTS-alt in Höhe von 4,344 Mio. DEM.
- 3. Würdigung der Beihilfe**
37. Gemäß Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag sind staatliche oder aus staatlichen Mitteln gewährte Beihilfen gleich welcher Art, die durch die Begünstigung bestimmter Unternehmen oder Produktionszweige den Wettbewerb verfälschen oder zu verfälschen drohen, mit dem Gemeinsamen Markt unvereinbar, soweit sie den Handel zwischen Mitgliedstaaten beeinträchtigen. Nach ständiger Rechtsprechung des Europäischen Gerichtshofs ist die Voraussetzung der Handelsbeeinträchtigung erfüllt, wenn das begünstigte Unternehmen einer Wirtschaftstätigkeit nachgeht, die Gegenstand eines Handels zwischen den Mitgliedstaaten ist.
38. Die Kommission stellt fest, dass die angemeldete Beihilfe aus staatlichen Mitteln für ein bestimmtes Unternehmen gewährt wurde, welches durch eine Verringerung der Kosten begünstigt wurde, die es bei der Durchführung des angemeldeten Umstrukturierungsvorhabens normalerweise tragen müsste. Überdies ist der Beihilfeempfänger — die LTS-neu, jetzt Doppstadt GmbH — ein Unternehmen, das Spezial- und Trägerfahrzeuge sowie Systemkomponenten entwickelt, herstellt und vertreibt. Dies sind wirtschaftliche Tätigkeiten, die Gegenstand eines Handels zwischen den Mitgliedstaaten sind. Somit fällt diese Beihilfe in den Anwendungsbereich von Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag.
39. Das angemeldete Vorhaben betrifft die Umstrukturierung des Unternehmens entsprechend dem vom Investor vorgelegten Umstrukturierungsplan. Der Fall wurde am 5. Oktober 1999 angemeldet. Die Kommission weist darauf hin, dass die Umstrukturierungsbeihilfe für Unternehmen in Schwierigkeiten gemäß den gemeinschaftlichen Leitlinien für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten⁽⁴⁾ beurteilt wird (im folgenden „Leitlinien“).

(*) Betriebsgeheimnis.

⁽⁴⁾ ABI. C 368 vom 23.12.1994, S. 12. Die neuen Rettungs- und Umstrukturierungsleitlinien von 1999 traten am 9. Oktober 1999 in Kraft. Weil die Beihilfe vor diesem Datum gewährt worden ist, gelten gemäß Punkt 101 der neuen Leitlinien diese Leitlinien nicht für die angemeldete Beihilfe.

40. Gemäß Punkt 2.1 der Leitlinien gehören zu den typischen Symptomen von Unternehmen in Schwierigkeiten eine rückläufige Rentabilität oder zunehmende Verluste, sinkende Umsätze, vermindertes Cash-flow und ein niedriger Nettobuchwert. Die Kommission stellt fest, dass die LTS seit ihrer Gründung im Jahre 1995 Verluste verursacht hat⁽⁵⁾. Im Jahr 1998 betragen die Verluste 16,2 Mio. DEM. Daher gilt das Unternehmen als Unternehmen in Schwierigkeiten, und die Beihilfe für seine Umstrukturierung wird anhand der Leitlinien beurteilt.
41. Die Kommission merkt an, dass Privatisierungen von Unternehmen im offenen Ausschreibungsverfahren durchzuführen sind, um sicherzustellen, dass für die Privatisierung keine Beihilfe gewährt wird. Nach den der Kommission vorliegenden Informationen wurde die Privatisierung in diesem Fall durch ein offenes Ausschreibungsverfahren durchgeführt. Die Kommission betont jedoch, dass sich diese Entscheidung lediglich auf die Umstrukturierung der LTS neu bezieht und Beihilfen an den Erwerber als solchen davon nicht berührt werden.
42. Gemäß Punkt 3.2.2 Ziffer i) der Leitlinien muss der Umstrukturierungsplan die langfristige Rentabilität und Lebensfähigkeit des Unternehmens innerhalb eines angemessenen Zeitraums auf der Grundlage realistischer Annahmen hinsichtlich seiner künftigen Betriebsbedingungen wiederherstellen. Die Verbesserung der Situation des Unternehmens und die Wiederherstellung seiner Wirtschaftlichkeit müssen vor allem durch unternehmensinterne Maßnahmen herbeigeführt werden; es dürfen nicht nur externe Faktoren wie höhere Preise und größere Nachfrage berücksichtigt werden, auf die das Unternehmen keinen wesentlichen Einfluss hat.
43. Die Kommission nimmt zur Kenntnis, dass der größte Teil des angemeldeten Umstrukturierungsplanes die Modernisierung der Produktionsanlagen betrifft. Die Modernisierung der Anlagen geht einher mit einer neuen Vertriebsstrategie und dem Vertrieb der Produkte über das etablierte Vertriebsnetz der Doppstadt-Unternehmensgruppe. Festzustellen ist, dass diese beiden Faktoren als unternehmensinterne Maßnahmen angesehen werden können.
44. Ferner stellt die Kommission fest, dass nach den Informationen, die auf der Zusammenkunft vom 9. Februar 2000 vorgelegt wurden, zum Erreichen der Gewinnzone ein Jahresumsatz von mindestens 100 Mio. DEM erforderlich ist. Dies entspricht einem jährlichen Absatz von [...] (*) Trac-Einheiten und [...] (*) Feldhäcksler-Einheiten. Ergänzende Umsätze sollen durch die Verlagerung der Herstellung von Umwelttechnik und Trägerfahrzeugen aus den Doppstadt-Unternehmen in Velbert und Calbe erzielt werden.
45. Nach den Informationen, die Deutschland auf der Zusammenkunft vom 9. Februar 2000 vorlegte, teilt sich das angegebene jährliche Marktvolumen von ca. 3 000 Trägerfahrzeugen in Deutschland wie folgt auf unterschiedliche Produkte auf: Mercedes Benz Unimog 35 % (1 050 Einheiten), Fendt Xylon 10—15 % (300—450 Einheiten), JCB Fastrac 10 % (300 Einheiten) und Spezialfahrzeuge/Sonstige 30 % (900 Einheiten). Dies ist der nationale Markt, auf den der Doppstadt Trac als Hauptprodukt des Unternehmens vordringen soll.
46. Zum europäischen Markt wird erklärt, dass dort bis auf die genannten Unternehmen keine bedeutenden Hersteller existieren. Es werden keine Informationen zu den Marktanteilen der Wettbewerber auf dem europäischen Markt gegeben.
47. Ferner wird festgestellt, dass die Doppstadt-Händler nach den übermittelten Informationen den Absatz von Doppstadt-Tracs in Europa im Jahr 2000 mit [...] (*) Einheiten und 2004 mit [...] (*) Einheiten veranschlagt haben. Davon entfallen [...] (*) bzw. [...] (*) Einheiten allein auf den deutschen Markt.
48. Die Kommission weist darauf hin, dass die von Deutschland vorgelegten Informationen überwiegend den deutschen Markt und die Prognosen für das Produkt Doppstadt Trac auf diesem Markt betreffen. Ausführliche Informationen zur Struktur des europäischen Marktes und zu den dortigen Wettbewerbern wurden nicht zur Verfügung gestellt.
49. Wie die Kommission ferner feststellt, besagen die von Deutschland vorgelegten Informationen lediglich, dass auf den relevanten Märkten keine Überkapazitäten bestehen und dass der Bedarf in Zukunft steigen wird. Weder werden Daten vorgelegt, um diese Aussagen zu untermauern, noch wird für diese Märkte die prognostizierte Preisentwicklung der nächsten Jahre angegeben.
50. Folglich stellt die Kommission fest, dass die ihr vorliegenden Informationen zu den relevanten Märkten nicht ausreichen, um ihr die Schlussfolgerung zu gestatten, dass die Verkaufsziele, auf denen laut Umstrukturierungsplan die langfristige Rentabilität beruht, realistisch und plausibel sind.
51. Im Hinblick auf die fraglichen Produkte stellt die Kommission fest, dass der Investor F. Doppstadt nicht über frühere Erfahrungen im Bereich Trägerfahrzeuge verfügt. Die von ihm betriebenen Unternehmen sind im Bereich Umwelttechnik tätig. Überdies ist anzumerken, dass auch in der Doppstadt-Unternehmensgruppe die Produktion von Trägerfahrzeugen erst 1998 anlief.
52. Bezüglich der vom Investor F. Doppstadt betriebenen Unternehmen stellt die Kommission fest, dass es sich um eine Gruppe von sieben Unternehmen handelt. Drei davon haben nur einen Mitarbeiter, eines vier Mitarbeiter, eines sechs Mitarbeiter und eines 25 Mitarbeiter. In einem Fall handelt es sich um eine Verwaltungsfirma ohne eigenes Geschäft. Zwei der Unternehmen wurden 1998 gegründet, so dass noch keine Umsatzzahlen vorliegen. Das Kapital und die Vermögenswerte dieser Unternehmen sind recht knapp bemessen, und zwei der vier operativ tätigen Unternehmen arbeiten mit Verlust.
53. Es hat demnach den Anschein, dass die Gruppe nicht in der Lage ist, die Rentabilität der LTS aus eigener Kraft abzusichern.

⁽⁵⁾ Umwandlung von LandTechnik Schlüter GmbH in LandTechnik Schönebeck GmbH am 31.5.1995.

54. Aus diesen Gründen hegt die Kommission einige Zweifel daran, dass der Umstrukturierungsplan die langfristige Rentabilität des Unternehmens wiederherzustellen vermag.
55. Gemäß Punkt 3.2.2 Ziffer i) der Leitlinien sollten Umstrukturierungsbeihilfen nur einmal gewährt werden. Bezüglich dieses Grundsatzes der „einmaligen Beihilfe“ merkt die Kommission an, dass sie in ihrer bisherigen Praxis bei Unternehmen der ehemaligen DDR eine zweite Umstrukturierung zugelassen hat ⁽⁶⁾.
56. Die Kommission weist darauf hin, dass sich der vorliegende Beschluss lediglich auf die neuen Beihilfen bezieht, die der LTS nach dem 1.1.1997 gewährt wurden. Wie in Punkt 3 bis 5 dieses Beschlusses dargelegt, ist die Beihilfe für die Erstprivatisierung des Unternehmens Gegenstand der Entscheidung der Kommission im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH.
57. Den Leitlinien zufolge darf die Beihilfe nicht zu unzumutbaren Wettbewerbsverfälschungen führen. Laut Punkt 3.2.2 Ziffer ii) der Leitlinien muss die Umstrukturierung für den Fall, dass im betreffenden Wirtschaftszweig strukturelle Überkapazitäten bestehen, einen Beitrag zur Reduzierung der Kapazitäten des betreffenden Unternehmens leisten. Bestehen jedoch auf dem relevanten Markt keine strukturellen Überkapazitäten, so muss die Beihilfe ausschließlich zur Wiederherstellung der Rentabilität des Unternehmens verwendet werden und darf es dem Empfänger nicht ermöglichen, während der Durchführung des Umstrukturierungsplans seine Produktionskapazitäten auszuweiten, es sei denn in dem für die Wiederherstellung der Rentabilität notwendigen Ausmaß ohne ungebührliche Wettbewerbsverfälschung.
58. Die Kommission nimmt zur Kenntnis, dass der Umstrukturierungsplan eine Reduzierung der Kapazität um 50 %, nämlich von 3 000 auf 1 500 Einheiten pro Jahr, vorsieht. Somit erachtet die Kommission die in Punkt 3.2.2 Ziffer ii) der Leitlinien dargelegte Voraussetzung als erfüllt, auch wenn die Informationen über die Kapazitätssituation auf den relevanten Märkten noch ausstehen.
59. Den Leitlinien zufolge muss die Beihilfe zu den Kosten und Nutzen der Umstrukturierung im Verhältnis stehen. Punkt 3.2.2 Ziffer iii) der Leitlinien besagt, dass sich die Beihilfe auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränken und in einem Verhältnis zu dem aus Gemeinschaftssicht erwarteten Nutzen stehen muß. Von den Beihilfeempfängern wird ein erheblicher Beitrag zum Umstrukturierungsplan aus eigenen Mitteln verlangt.
60. Laut Anmeldung beläuft sich der öffentliche Beitrag zur Zweitprivatisierung auf insgesamt 76,438 Mio. DEM. Der Investor trägt 40,959 Mio. DEM bei. In der Anmeldung werden in die Finanzierung des Umstrukturierungsplans auch die 5,5 Mio. DEM einbezogen, die sich aus dem Lohnverzicht der Mitarbeiter während der Umstrukturierungsperiode ergeben. Demnach liegen die Gesamtkosten des Vorhabens laut Anmeldung bei 122,897 Mio. DEM.
61. Die Kommission weist darauf hin, dass die 5,5 Mio. DEM, die sich aus den verringerten Lohnkosten während der Umstrukturierungsperiode ergeben, weder als Beitrag des Investors noch als öffentliche Finanzierung angesehen werden. Somit gelten sie nicht als Bestandteil der Finanzierung des notifizierten Umstrukturierungsplans. Folglich wird die Kommission diesen Betrag bei der Berechnung der Gesamtkosten der Umstrukturierung nicht berücksichtigen.
62. Ferner stellt die Kommission fest, dass die LTS-neu bei der Zweitprivatisierung von der LTS/GS-alt Vermögensgegenstände zum Verkehrswert von 13 Mio. DEM erhielt. Auch die BvS erwarb im März 2000 von der LTS/GS-alt Grundstücke und Gebäude zum Verkehrswert von 5,1 Mio. DEM. Als am 26. April 1999 der Liquidationsbeschluss über die LTS/GS-alt erging, erfolgte die Rückabwicklung des Kaufvertrags, und die Rückführung des Kaufpreises von 5,1 Mio. DEM an die BvS soll nach Aussage Deutschlands aus dem Liquidationserlös vorgenommen werden.
63. Deutschland hat der Kommission Dokumente zum Nachweis dafür vorgelegt, dass der mit 5,1 Mio. DEM angegebene Verkehrswert der Grundstücke und Gebäude korrekt ist. Allerdings wurden der Kommission keine entsprechenden Dokumente für die übertragenen Vermögensgegenstände übermittelt, so dass sie nicht prüfen kann, ob der Verkehrswert für die Vermögensgegenstände mit 13 Mio. DEM korrekt angegeben wurde.
64. Hinsichtlich der Übertragung der Vermögensgegenstände nimmt die Kommission zur Kenntnis, dass diese Transaktion im Zusammenhang mit der Zweitprivatisierung stattfand, um diese überhaupt zu ermöglichen. Daher wird der festgelegte Verkehrswert der übertragenen Vermögensgegenstände, auch wenn er 13 Mio. DEM überschreiten sollte, als Beihilfe an die LTS-neu erachtet. Folglich wird zumindest der Verkehrswert der übertragenen Vermögensgegenstände von 13 Mio. DEM, gegebenenfalls aber der höhere Betrag, zur Finanzierung des mitgeteilten Umstrukturierungskonzepts hinzugerechnet.
65. Bezüglich des rückabgewickelten Kaufvertrags über Grundstücke und Gebäude im Wert von 5,1 Mio. DEM nimmt die Kommission zur Kenntnis, dass diese Transaktion in Vorbereitung auf die Zweitprivatisierung erfolgte, um die drohende Illiquidität des Unternehmens bis zum Abschluß der Privatisierungsverhandlungen abzuwenden. In Anbetracht der Tatsache, dass die Rückabwicklung nicht einmal zwei Monate nach dem Verkauf, nämlich bei Beginn der Liquidation der alten Unternehmen, erfolgte und dass der Kaufpreis aus dem Liquidationserlös an die BvS rückgeführt werden soll, ist diese Transaktion als Darlehen an ein Unternehmen in Schwierigkeiten zu erachten, dessen Rückzahlung unklar ist und das nicht zu marktüblichen Bedingungen gewährt wurde. Folglich kann die betreffende Summe als Beihilfe für die zweite Umstrukturierung der LTS gewertet werden und ist zur Finanzierung des mitgeteilten Umstrukturierungsplans hinzuzurechnen.

⁽⁶⁾ In den neuen Leitlinien der Gemeinschaft für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten, ABl. C 288 vom 9.10.1999, hat diese Praxis mittlerweile Anerkennung gefunden. Fußnote 25 der neuen Leitlinien bezüglich des Grundsatzes der „einmaligen Beihilfe“ besagt, dass Beihilfen, die vor dem 1. Januar 1996 Unternehmen der früheren DDR gewährt wurden und die die Kommission als vereinbar mit dem Gemeinsamen Markt erachtet hat, nicht berücksichtigt werden. Außerdem findet der entsprechende Absatz keine Anwendung auf Beihilfen an solche Unternehmen, die vor dem 31. Dezember 2000 notifiziert wurden.

66. Ferner stellt die Kommission fest, dass nach der ihr vorliegenden Dokumentation die BvS auf Forderungen gegenüber der LTS in Höhe von 10,561 Mio. DEM verzichtet hat.
67. Wie Deutschland erklärt, wird der Jahresabschluss 1998 dahin gehend korrigiert, dass die Auskehrverpflichtung gegenüber der BvS in Höhe von 10,561 Mio. DEM wieder eingebucht wird. Daraus ergibt sich für die LTS-alt in Liquidation eine entsprechende Verbindlichkeit gegenüber der BvS, die aus dem Liquidationserlös beglichen werden muß. Der Kommission wurde jedoch ein solchermaßen korrigierter Jahresabschluss für das Jahr 1998 nicht übermittelt.
68. Wie die Kommission daher feststellt, reichen die ihr vorliegenden Informationen nicht aus, um ihr die Schlussfolgerung zu gestatten, dass der Verzicht auf Forderungen in Höhe von 10,561 Mio. DEM nicht als Beihilfe für die LTS anzusehen ist. Da der Verzicht nach dem 1. Januar 1997 erfolgte, ist diese Summe offenbar als Beihilfe für die gegenwärtige Umstrukturierung anzusehen. Folglich ist die Summe von 10,561 Mio. DEM der Finanzierung des angemeldeten Plans hinzuzurechnen.
69. Ferner weist die Kommission darauf hin, dass die BvS 1999 auf die Durchsetzung ihrer Bürgenregressforderung gegenüber der LTS-alt in Höhe von 4,344 Mio. DEM verzichtete. Diese Forderung stammte aus einem Kredit, den die LTS 1992 bei der Deutschen Bank aufgenommen hatte und für den die BvS eine Ausfallbürgschaft übernommen hatte. Im Jahr 1998 forderte die Bank die BvS aufgrund dieser Ausfallbürgschaft zur Zahlung von 4,344 Mio. DEM auf.
70. Mit Schreiben vom 15. Dezember 1999 erklärt Deutschland, dass die Ausfallbürgschaft der BvS für den Kredit der LTS im Jahr 1992 vor der Erstprivatisierung des Unternehmens gewährt wurde und damit unter die Gewährung der Ausfallbürgschaft fiel, also unter das THA-Regime von 1991. Laut Schreiben vom 26. September 1991 (?) beschloss die Kommission, keinen Widerspruch gegen die Gewährung von Bürgschaften für Unternehmen der früheren DDR vor deren Privatisierung zu erheben, da die meisten dieser Unternehmen den Banken keine Sicherheiten bieten konnten und daher ohne derartige Bürgschaften keine Bankkredite erhielten.
71. Deutschland führt an, dass dem Schreiben der Kommission vom 16. Juni 1997 zufolge die Anmeldepflicht entfällt, wenn die Rechte und Pflichten der Parteien strittig sind und eine rechtliche Begutachtung des Sachverhalts wegen der schwachen Rechtsposition der BvS einen solchen Kompromiss nahelegt. Deutschland trägt vor, dass zwischen der BvS und der LTS Uneinigkeit darüber bestand, wer für die Tilgung des Darlehens heranzuziehen sei. Die LTS forderte die BvS auf, ihr zusätzlich zu den 4,344 Mio. DEM, die die BvS bereits an die Bank zurückgezahlt hatte, auch die 2,704 Mio. DEM zu erstatten, die die Bank in Ausübung ihres Pfandrechts von den Konten der LTS einbehalten hatte.
72. Weiter erklärt Deutschland, dass die Prolongation oder der Verzicht auf Rückzahlung einer im Rahmen des THA-Beihilferegimes gewährten Maßnahme (Bürgschaft/Darlehen) in solchen Fällen keine neue Beihilfe darstellt, wenn die Beihilfeintensität zum Zeitpunkt der Gewährung bereits 100 % betrug. Demnach stellt die aktuelle Inanspruchnahme der Bürgschaft keine neue Beihilfe dar.
73. Die Kommission weist darauf hin, dass nach dem Beschluss der Kommission über die Treuhandanstalt, der Deutschland mit Schreiben vom 26. September 1991 mitgeteilt wurde, die Treuhand für die von ihr verwalteten Unternehmen vor deren Privatisierung Bürgschaften gewähren kann. Obwohl diese Maßnahmen als Beihilfe gelten, beschloss die Kommission, dagegen keinen Widerspruch zu erheben, da die meisten dieser Unternehmen ohne die Treuhandbürgschaften keine Darlehen erhalten würden.
74. Wie die Kommission ferner feststellt, hat sie bei der Beurteilung von Beihilfen für die Privatisierung von Unternehmen der früheren DDR die unter ein Treuhandregime fallenden Darlehen bzw. Bürgschaften stets so betrachtet, als seien sie unter der Voraussetzung gewährt worden, dass es sich bei den betreffenden Unternehmen, aufgrund ihres Charakters um Unternehmen in Schwierigkeiten handelt, dass die Rückzahlung des Darlehens ungewiss ist und/oder die Wahrscheinlichkeit einer Inanspruchnahme der Bürgschaft besteht. Somit gilt der gesamte Kreditbetrag/Bürgschaftsbetrag als Beihilfe zum Zeitpunkt der Gewährung der Maßnahme.
75. Im vorliegenden Fall fällt die Bürgschaft unter den Kommissionsbeschluss von 1991 zur Treuhandanstalt. Da der gesamte von der Bürgschaft abgedeckte Betrag somit zum Zeitpunkt der Gewährung der Bürgschaft als Beihilfe gilt, wird der 1999 erklärte Verzicht auf die Forderung gegenüber der LTS in Höhe von 4,344 Mio. DEM, die 1998 durch Inanspruchnahme der Bürgschaft entstanden war, nicht als neue Beihilfe an die LTS erachtet, sondern als eine unter das Treuhandregime von 1991 fallende Beihilfe. Folglich werden die 4,344 Mio. DEM als mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar angesehen, da sie dem Kommissionsbeschluss von 1991 zur Treuhandanstalt entsprechen. Aus diesem Grund werden sie nicht bei der Beurteilung der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe, die im Zusammenhang der Zweitprivatisierung gewährt worden sind, Berücksichtigung finden.
76. Aus den in den Randnummern 60 bis 74 dargelegten Gründen und auf der Grundlage der Informationen, welche der Kommission derzeit vorliegen, werden die Gesamtkosten des angemeldeten Umstrukturierungskonzepts wie folgt angesetzt:

77. Öffentliche Mittel:	
BvS	55,089
Land	23,555
GA-Mittel	15,873
Investitionszulagen	10,582
Gesamt	105,099

(?) Der Beschluss der Kommission über das erste sogenannte Treuhandregime wurde Deutschland mit Schreiben vom 26. September 1991, SG(91) D/17825, mitgeteilt.

Finanzierung durch den Investor:

Investitionen	13,522
Umstrukturierungsmaßnahmen	27,437
Gesamt	40,959
	146,058

78. Die Kommission stellt fest, dass die Gesamtkosten der angemeldeten Umstrukturierung 146,058 Mio. DEM betragen würden. Der Anteil der öffentlichen Finanzierung läge bei 105,099 Mio. DEM, was 72 % der Gesamtkosten entspricht. Der Beitrag des Investors beläuft sich auf 40,959 Mio. DEM bzw. 28 % der Gesamtkosten. Daher hegt die Kommission einige Zweifel daran, dass sich die Beihilfe auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränkt und der Beitrag des Investors als erheblich gelten kann, wie die Leitlinien es vorschreiben.
79. Die Kommission stellt fest, dass sich die geplante Umstrukturierung stark auf Investitionen konzentriert. Von den insgesamt 77,460 Mio. DEM für Umstrukturierungsmaßnahmen würden 52,910 Mio. DEM (69 %) auf Investitionen entfallen. Die Investitionen richten sich hauptsächlich auf den Ersatz veralteter Maschinen, und auch das Layout der Fertigungsstraßen und die dortigen Arbeitsabläufe sollen von Grund auf erneuert werden. Aus der Präsentation des Konzepts durch Vertreter des Unternehmens am 9. Februar 2000 ging hervor, dass von den vorhandenen Anlagen lediglich die Gebäudemauern nicht ersetzt werden. Dies deutet darauf hin, dass die Investition vom Charakter her wohl eher einer Neuinvestition als einer Umstrukturierung entspricht.
80. Da die Investition ihrem Wesen nach eher einer Neuinvestition als einer Umstrukturierung zu entsprechen scheint, hegt die Kommission Zweifel an der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe. Würde man die Investition als Neuinvestition und nicht als Umstrukturierung ansehen, so müsste die Beihilfeintensität des Vorhabens die regionale Höchstgrenze einhalten.
81. Ferner stellt die Kommission zusätzlich zu den bisherigen Ausführungen fest, dass sich aus der noch ausstehenden

endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 betreffend die Lintra Beteiligungsholding GmbH noch einige weitere Forderungen an die LTS-neu ergeben werden können, die der Finanzierung des gegenwärtigen Umstrukturierungsplans zurechnet werden müssten. Die genaue Höhe dieser Forderungen steht momentan noch nicht fest, wird jedoch der endgültigen Entscheidung im Fall C 41/99 Lintra Beteiligungsholding GmbH zu entnehmen sein. Diese zusätzlichen Forderungen sollten bei der Beurteilung der Fähigkeit des Umstrukturierungsplans zur Sicherstellung der langfristigen Rentabilität des Unternehmens sowie bei der Beurteilung der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe Berücksichtigung finden.

4. Schlussfolgerung

82. Somit hat die Kommission aus den oben dargelegten Gründen Zweifel daran, dass die langfristige Rentabilität des betreffenden Unternehmens durch den Umstrukturierungsplan wiederhergestellt werden kann und dass die Beihilfe im Verhältnis zu den Kosten und Nutzen der Umstrukturierung steht.
83. Aus diesen Gründen fordert die Kommission Deutschland auf, gemäß Artikel 10 Absatz 3 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates vom 22. März 1999 über besondere Vorschriften für die Anwendung von Artikel 93 des EG-Vertrags⁽⁸⁾, ihr innerhalb eines Monats nach Eingang dieses Schreibens alle zur Beurteilung der Vereinbarkeit der Beihilfe/Maßnahme sachdienlichen Unterlagen, Angaben und Daten zu übermitteln. Anderenfalls wird die Kommission eine Entscheidung auf der Grundlage der ihr vorliegenden Elemente erlassen. Sie bittet die deutschen Behörden, dem etwaigen Empfänger der Beihilfe unmittelbar eine Kopie dieses Schreibens zuzuleiten.
84. Die Kommission erinnert Deutschland an die Sperrwirkung des Artikels 88 Absatz 3 EG-Vertrag und verweist auf Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, wonach alle rechtswidrigen Beihilfen von den Empfängern zurückgefordert werden können.»

⁽⁸⁾ ABI. L 83 vom 27.3.1999, S. 1.

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE

A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções

(2000/C 278/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Data de adopção da decisão: 16.5.2000

Estado-Membro: Alemanha (Saxónia)

N.º do auxílio: N 35/2000

Denominação: Auxílio estatal a favor da Sächsische Faserwerke Pirna AG

Objectivo:

Realização de um grande investimento ao abrigo do enquadramento multisectorial dos auxílios regionais para a instalação de uma nova linha de produção de polpa

Base jurídica:

— Regionalbeihilferegelung, 27. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe „Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur“

— Investitionszulagengesetz 1999

Intensidade ou montante do auxílio: 93 055 122 euros, que corresponde a uma intensidade de auxílio de 35 % em equivalente-subvenção bruto

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Orçamento: 0,25 milhões de euros

Intensidade ou montante do auxílio: Até 0,25 milhões de euros por ano

Duração: Este regime abrange o período do plano estrutural 2000-2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 28.6.2000

Estado-Membro: Alemanha (Saxónia-Anhalt)

N.º do auxílio: N 17/2000

Denominação: Auxílio a favor do ORWO Media GmbH, Saxónia-Anhalt

Objectivo: Reestruturação

Base jurídica:

— *Ad hoc*

— Investitionszulagegesetz 1999

— 27. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe zur Verbesserung der Wirtschaftsstruktur

Orçamento: 11,7 milhões de marcos alemães (6 milhões de euros)

Intensidade ou montante do auxílio: 100 %

Duração: 2000-2004

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 21.6.2000

Estado-Membro: Finlândia

N.º do auxílio: N 204/2000

Denominação: Subsídio para a promoção dos produtos das pescas

Objectivo: Conceder auxílio à promoção dos produtos da pesca e da aquicultura, através da divulgação do valor nutritivo do peixe

Base jurídica: Laki valtion tulo- ja menoarviosta (423/1988) Lag om statsbudgeten 423/1988

Data de adopção da decisão: 12.7.2000

Estado-Membro: Itália

N.º do auxílio: N 715/99

Denominação: Medidas a favor dos investimentos nas regiões desfavorecidas de Itália

Objectivo: Desenvolvimento do tecido empresarial das regiões desfavorecidas de Itália

Base jurídica: Legge 19.12.1992 n. 448; legge 27.12.1997, n. 449 art. 9; legge 23.12.1998, n. 448 art. 54.2; delibere CIPE 27.4.1995 e 18.12.1996; DM del ministero dell'Industria, del Commercio e dell'Artigianato del 20.10.1995, n. 527 modificato dal DM del 31.7.1997, n. 319; DM del 20.7.1998; circolari esplicative del ministero dell'Industria del Commercio e dell'Artigianato n. 234363 del 20.11.1997 e n. 1039080 del 19.3.1999; DM del 22.7.1999 art. 1.2.a); bozza del decreto ministeriale, d'intesa con la Conferenza Stato Regioni, recante modifiche ed integrazioni alla delibera CIPE del 18.12.1996

Orçamento: 35 000 mil milhões de liras italianas (cerca de 18 milhões de euros)

Intensidade ou montante do auxílio:

Regiões elegíveis para a derrogação prevista no n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado CE, até níveis máximos de:

- Calábria: 50 % ESL (equivalente-subvenção líquida)
- Basilicata: 35 % ESL
- Campânia: 35 % ESL
- Apúlia: 35 % ESL
- Sardenha: 35 % ESL
- Sicília: 35 % ESL

Todos os limites máximos de intensidade dos auxílios mencionados anteriormente são majorados de 15 pontos percentuais brutos para as pequenas e médias empresas

- Regiões elegíveis para a derrogação prevista no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE:
 - as intensidades máximas previstas pelo mapa dos auxílios regionais que será aprovado pela Comissão
- Zonas elegíveis para os fundos estruturais para o período 2000-2006:
 - máximo de 7,5 % brutos para as empresas médias e 15 % brutos para as pequenas empresas

Duração: Até 31 de Dezembro de 2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 19.7.2000

Estado-Membro: Luxemburgo

N.º do auxílio: N 793/B/99

Denominação: Regime de auxílios com finalidade regional para o desenvolvimento económico de certas regiões do Luxemburgo

Objectivo: Desenvolvimento regional das regiões desfavorecidas do Luxemburgo

Base jurídica: Projet de loi ayant pour objet le développement économique de certaines régions du pays et projet de règlement grand-ducal portant exécution du projet de loi

Orçamento: Cerca de 182,5 milhões de euros

Intensidade ou montante do auxílio: Intensidade máxima prevista pelo mapa dos auxílios com finalidade regional, isto é, 10 % ESL. O limite máximo de intensidade dos auxílios mencionados é majorado de 10 pontos percentuais brutos para as pequenas e médias empresas

Duração: Até 31 de Dezembro de 2006

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Data de adopção da decisão: 26.7.2000

Estado-Membro: Alemanha (Berlim)

N.º do auxílio: N 54/2000

Denominação: Programa de arrendamento de edifícios no Land de Berlim

Objectivo: Desenvolvimento regional

Base jurídica: Senatsbeschluss 4323/94 und Beschluss des Abgeordnetenhauses von Berlin vom 23.6.1994

Intensidade ou montante do auxílio: 5 % ESL

Duração: 2000-2003

Outras informações: Relatório anual

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/sg/sgb/state_aids

Aviso de início de um reexame intercalar das medidas *anti-dumping* aplicáveis às importações de bicicletas originárias da República Popular da China

(2000/C 278/06)

A Comissão recebeu vários pedidos de reexame intercalar parcial das medidas instituídas pelo Regulamento (CE) n.º 1524/2000 do Conselho ⁽¹⁾ sobre as importações de bicicletas originárias da República Popular da China.

1. PEDIDOS DE REEXAME

Os pedidos foram apresentados em conformidade com o n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento (CE) n.º 384/96 ⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) 905/98 ⁽³⁾ (a seguir denominado «regulamento de base»), pelas seguintes empresas chinesas: Giant China Co. Ltd, Viva Guangzhou Bicycle Corporation Ltd, Merida Industry Co. Ltd, Kenton Bicycle Group Ltd (a seguir denominadas «as requerentes»). Os pedidos limitam o âmbito do reexame intercalar ao *dumping* respeitante às requerentes.

2. PRODUTO

O produto em questão as bicicletas e outros ciclos (incluindo os triciclos), sem motor, presentemente classificados nos códigos NC 8712 00 10, 8712 00 30 e 8712 00 80. Estes códigos NC são fornecidos unicamente a título de informação.

3. MEDIDAS EM VIGOR

As medidas presentemente em vigor são direitos *anti-dumping* definitivos, criados pelo Regulamento (CEE) n.º 2474/93 ⁽⁴⁾ sobre as bicicletas originárias da República Popular da China, tornados extensivos, em conformidade com o artigo 13.º do regulamento de base, pelo Regulamento (CE) n.º 71/97 ⁽⁵⁾ às importações de certas partes de bicicletas originárias deste país. Na sequência de um reexame da caducidade, estes direitos foram mantidos pelo Regulamento (CE) n.º 1524/2000.

4. MOTIVOS DO REEXAME

Os pedidos de reexame intercalar, que foram recebidos no decurso do reexame da caducidade referido no ponto 3, baseiam-se em elementos de prova *prima facie* devidamente fundamentados de que as requerentes operam em condições de economia de mercado no que respeita ao fabrico e à venda do produto em questão e de que se verificou uma alteração significativa das circunstâncias no que respeita ao *dumping* anteriormente estabelecido e ainda de que as medidas em vigor deixaram de ser necessárias para compensar o *dumping*.

5. PROCEDIMENTO PARA A DETERMINAÇÃO DO DUMPING

Tendo estabelecido, após consulta do Comité Consultivo, que existem elementos de prova suficientes que justificam o início de um reexame intercalar, a Comissão, em conformidade com o n.º 3 do artigo 11.º do regulamento de base, dá início a um inquérito cujo âmbito se limita ao exame do *dumping* respeitante às empresas requerentes.

a) Questionários

A fim de obter as informações que considera necessárias para o seu inquérito, a Comissão enviará questionários às empresas requerentes e às autoridades da República Popular da China. As respostas a estes questionários devem ser recebidas pela Comissão dentro do prazo fixado na alínea a) do ponto 6 do presente aviso;

b) Recolha de informações e realização de audições

Convidam-se todas as partes interessadas a comunicar os seus pontos de vista por escrito, a fornecer informações que não as respostas ao questionário, bem como elementos de prova de apoio. Estas informações e elementos de prova de apoio deverão ser recebidas pela Comissão dentro do prazo fixado na alínea a) do ponto 6 do presente aviso.

Além disso, a Comissão pode ouvir as partes interessadas, desde que apresentem um pedido por escrito e demonstrem que existem razões especiais para que sejam ouvidas. Este pedido deve ser apresentado dentro do prazo fixado na alínea b) do ponto 6 do presente aviso;

c) Selecção do país de economia de mercado

Caso seja necessário obter informações de um país análogo, prevê-se, em conformidade com o n.º 7, alínea a), do artigo 2.º do regulamento de base, escolher o México como país de economia de mercado adequado, uma vez que este país foi utilizado no inquérito mais recente sobre as importações deste produto. Convidam-se as partes interessadas no inquérito a apresentarem os seus comentários sobre a adequação desta escolha dentro do prazo específico fixado na alínea c) do ponto 6 do presente aviso;

d) Estatuto de economia de mercado

Relativamente às empresas requerentes que solicitem e forneçam elementos de prova suficientes de que operam em condições de economia de mercado, isto é, de que satisfazem os critérios previstos no n.º 7, alínea c), do artigo 2.º do regulamento de base, o valor normal será determinado em conformidade com o n.º 7, alínea b) do artigo 2.º desse regulamento. As empresas requerentes que tencionem apresentar pedidos devidamente fundamentados devem fazê-lo dentro do prazo específico estabelecido na alínea d) do ponto 6 do presente aviso. A Comissão enviará formulários do pedido às empresas requerentes, bem como às autoridades da República Popular da China.

⁽¹⁾ JO L 175 de 14.7.2000, p. 39.

⁽²⁾ JO L 56 de 6.3.1996, p. 1.

⁽³⁾ JO L 128 de 30.4.1998, p. 18.

⁽⁴⁾ JO L 228 de 9.9.1993, p. 1.

⁽⁵⁾ JO L 16 de 18.1.1997, p. 55.

6. PRAZOS

- a) *Para que as partes se dêem a conhecer e apresentem as respostas ao questionário e quaisquer outras informações*

Para que as suas observações sejam tomadas em consideração durante o inquérito, as partes interessadas devem dar-se a conhecer, apresentar as suas observações por escrito e fornecer as respostas ao questionário ou quaisquer outras informações, salvo especificação em contrário, no prazo de 40 dias a contar da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*;

- b) *Audições*

As partes interessadas podem igualmente solicitar serem ouvidas pela Comissão dentro do mesmo prazo de 40 dias;

- c) *Prazo específico para a selecção do país de economia de mercado*

As partes interessadas no inquérito que desejem apresentar as suas observações sobre a adequação do México, tal como referido na alínea c) do ponto 5, devem apresentar as suas observações no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*;

- d) *Prazo específico para a apresentação dos pedidos de estatuto de economia de mercado*

Os pedidos de estatuto de economia de mercado devidamente fundamentados, tal como referido na alínea d) do ponto 5 do presente aviso, devem ser recebidos pela Comissão no prazo de 21 dias a contar da publicação do presente aviso no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

7. COMENTÁRIOS POR ESCRITO, RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO E CORRESPONDÊNCIA

Todos os comentários e pedidos apresentados pelas partes interessadas devem ser efectuados por escrito (não em suporte informático, salvo especificação em contrário), indicar o nome, o endereço postal, os números de telefone e de fax, e os endereços de correio electrónico e/ou de telex da parte interessada.

Endereço da Comissão para envio da correspondência:
Comissão Europeia
Direcção-Geral do Comércio
Direcção C
DM 24 — 8/37
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax (32-2) 295 65 05
Telex: COMEU B 21877

8. NÃO-COOPERAÇÃO

Quando uma parte interessada recusar o acesso às informações ou não as facultar de outro modo dentro dos prazos fixados ou impedir de forma significativa o inquérito, podem ser estabelecidas conclusões preliminares ou finais, positivas ou negativas, com base nos dados disponíveis, em conformidade com o disposto no artigo 18.º do regulamento de base.

Quando se verificar que uma parte interessada forneceu informações falsas ou erróneas, as informações não serão tidas em conta e podem ser utilizados os dados disponíveis.

Notificação prévia de uma operação de concentração
(Processo COMP/M.2111 — Alcoa Inc./British Aluminium Ltd)

(2000/C 278/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 25 de Setembro de 2000, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual a empresa americana Alcoa Inc. (Alcoa), adquire, na aceção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo do conjunto da empresa britânica British Aluminium (British Aluminium), controlada pela Luxfer Holdings plc, mediante uma aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— Alcoa: produtor integrado de alumínio a nível mundial,

— British Aluminium: produção e distribuição de produtos em alumínio acabados e semi-acabados (produtos comerciais e aeroespaciais).

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.2111 — Alcoa Inc./British Aluminium Ltd, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Rue Joseph II/Jozef II-straat 70
B-1000 Bruxélas
[fax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

Notificação prévia de uma operação de concentração**(Processo COMP/M.2173 — Ergo/BBV Italia SpA)****Processo susceptível de beneficiar do procedimento simplificado**

(2000/C 278/08)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 22 de Setembro de 2000, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual a empresa alemã Ergo Versicherungsgruppe AG, propriedade do grupo Münchener Rückversicherungsgesellschaft AG, adquire, na aceção don.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo da empresa italiana BBV Italia SpA, mediante uma aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— Ergo: sociedade *holding* de empresas de seguros, agências de seguros e empresas activas no domínio da gestão de investimentos e dos serviços financeiros,

— BBV Italia: sociedade *holding* de participações em empresas de seguros e empresas activas no domínio da gestão de investimentos e dos serviços financeiros.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto. De acordo com a Comunicação da Comissão relativa a um procedimento simplificado de tratamento de certas operações de concentração nos termos do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 ⁽³⁾, o referido processo é susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento previsto na Comunicação.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.2173 — Ergo/BBV Italia SpA, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Rue Joseph II/Jozef II-straat 70
B-1000 Bruxelas
[fax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

⁽³⁾ JO C 217 de 29.7.2000, p. 32.

RECTIFICAÇÕES

Quarta rectificação do convite à apresentação de propostas de acções de IDT no âmbito do programa específico de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração no domínio «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos»

(Jornal Oficial das Comunidades Europeias C 64 de 6 de Março de 1999)

(2000/C 278/09)

1. O ponto 5 do convite à apresentação de propostas de acções de IDT no âmbito do programa específico de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração no domínio «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos» 1999/C 64/23 ⁽¹⁾, publicado no JO C 64 de 3 de Março de 1999, p. 16, passa a ter a seguinte redacção:

«5. Os proponentes são instados a preparar as suas propostas mediante utilização de uma ferramenta informática (ProTool) que será colocada à sua disposição pela Comissão via internet (<http://www.cordis.lu/fp5/protocol>), por correio electrónico ou em CD-ROM. Esta ferramenta permitir-lhes-á preparar as informações administrativas e técnicas necessárias.

As propostas podem ser enviadas de duas formas:

— Após elaboração com o ProTool, a proposta é enviada por via electrónica, utilizando um mecanismo de bloqueio que inclui uma cifragem com carregamento no servidor ou o envio por correio electrónico.

O coordenador deve solicitar à autoridade de certificação da Comissão um certificado digital para assinatura electrónica do ficheiro que contém a proposta. Quando concluída, a proposta é “bloqueada”, sendo criado um pequeno ficheiro de validação (“impressão digital”).

O ficheiro de validação, que identifica o ficheiro da proposta de forma exclusiva, deve ser enviado (por correio electrónico ou fax) o mais tardar até às 17 horas (hora de Bruxelas) da data-limite aplicável (ver anexo). O ficheiro relativo à proposta não alterada deve ser enviado por correio electrónico num prazo de 48 horas após a data-limite.

— A proposta é elaborada nos formulários em papel, anexos ao pacote informativo ou, após elaboração com o ProTool, a proposta é impressa pelo coordenador.

A fim de serem consideradas admissíveis, as propostas apresentadas em papel devem ser enviadas à Comissão o mais tardar até às 17 horas (hora de Bruxelas) da data-limite aplicável ⁽²⁾ (ver anexo) para o seguinte endereço:

Programa “Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos”
Bureau des propositions “Recherche”
Square Frère-Orban/Frère-Orbanplein 8
B-1000 Bruxelas.

Solicita-se aos proponentes que apenas utilizem um dos métodos de apresentação das propostas acima indicados e que enviem somente uma versão da sua proposta. Se uma proposta elegível for recebida simultaneamente em papel e em formato electrónico, só a versão electrónica será avaliada.

⁽²⁾ O número de telefone a utilizar em caso de recurso a um serviço de correio acelerado que solicite o número de telefone do destinatário é o (32-2) 298 42 06.»

2. **Aviso importante:** As disposições que precedem constituem uma alteração dos convites anteriores, no contexto dos quais as datas-limite eram aplicáveis à apresentação de propostas, sendo-o-doravante à recepção pela Comissão.

Por outro lado, chama-se a atenção dos proponentes para as novas disposições relativas aos critérios de elegibilidade e à avaliação dos propostas apresentadas no âmbito do programa «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos», conforme constam do «Manual de procedimentos de avaliação de propostas» ⁽²⁾ (e do seu anexo H especificamente respeitante ao programa «Qualidade de vida e gestão dos recursos vivos»). Estas disposições referem-se, nomeadamente, ao procedimento de avaliação dos «agregados».

A nova versão do «Manual de procedimentos de avaliação de propostas» pode ser obtido no endereço internet seguinte:

<http://www.cordis.lu/fp5/src/evalman.htm>

⁽¹⁾ Com a última redacção que lhe foi dada pela rectificação publicada no JO C 155 de 6.6.2000, p. 12.

⁽²⁾ Decisão C(1999) 710 da Comissão, de 24 de Março de 1999, com a última redacção que lhe foi dada pela decisão C(2000) 2002 de 14 de Julho de 2000.